

2 – Caso não disponha de recursos financeiros suficientes, o Fundo propõe ao Governo a aprovação de contribuições especiais das instituições participantes e ou contribuições adicionais do Estado, ou a aprovação de garantias a prestar pelas instituições participantes.

3 – O membro do governo responsável pela área das finanças pronuncia-se com a máxima brevidade possível, sem ultrapassar, em qualquer caso, o prazo de 7 dias úteis.

Artigo 14.º

Apoio financeiro do Estado

1 – A utilização de recursos financeiros do Estado requer a apresentação pelo Fundo ao membro do governo responsável pela área das finanças de uma proposta fundamentada, designadamente no que concerne a montantes, prazos, formas de pagamento e demais termos e condições do apoio a prestar pelo Estado.

2 – Os custos e despesas com assessoria técnica, nomeadamente financeira e jurídica, em que o Estado venha a incorrer em resultado da proposta referida no número anterior, correm diretamente por conta do Fundo.

3 – Para efeitos do n.º 1 do presente artigo, o membro do governo responsável pela área das finanças pronuncia-se com a máxima brevidade possível sem ultrapassar, em qualquer caso, o prazo máximo de 7 dias úteis.

Artigo 15.º

Empréstimos

1 – A obtenção de recursos financeiros através dos empréstimos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 153.º-F do RGICSF será apenas realizada no caso de as disponibilidades do Fundo serem consideradas insuficientes para fazer face às suas responsabilidades atuais ou iminentes.

2 – Os empréstimos referidos no número anterior são obtidos preferencialmente junto das instituições participantes.

3 – Os empréstimos previstos no presente artigo devem ser submetidos a prévia apreciação do Banco de Portugal, que se pronunciará a respeito da necessidade e adequação da respetiva contratação por parte do Fundo, incluindo sobre os termos e condições concretamente aplicáveis.

CAPÍTULO IV

Partilha de informação

Artigo 16.º

Informação do Banco de Portugal

1 – O Banco de Portugal disponibiliza à comissão diretiva toda a informação necessária e relevante para o exercício das suas funções.

2 – O Banco de Portugal comunica à comissão diretiva, com a maior brevidade possível, o início do procedimento de aplicação de qualquer das medidas de resolução previstas no n.º 1 do artigo 145.º-C do RGICSF.

Artigo 17.º

Informação e reporte anual

1 – A comissão diretiva presta ao Banco de Portugal e ao membro do governo responsável pela área das finanças toda a informação que lhe for solicitada.

2 – A comissão diretiva apresenta ao Banco de Portugal, até ao final do mês de março, o relatório e contas referidos a 31 de dezembro do ano anterior, incluindo o parecer do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal.

3 – A comissão diretiva apresenta anualmente ao Banco de Portugal, até ao final do mês de maio, um reporte sobre o pagamento das contribuições periódicas que são devidas ao Fundo por parte das instituições participantes.

CAPÍTULO V

Fiscalização

Artigo 18.º

Conselho de Auditoria do Banco de Portugal

Compete ao Conselho de Auditoria do Banco de Portugal:

a) Acompanhar o funcionamento do Fundo e zelar pelo cumprimento das normas, procedimentos e boas práticas de gestão que lhe sejam aplicáveis;

b) Solicitar a realização de reuniões com a comissão diretiva, bem como solicitar a informação que considere necessária ao exercício das suas funções;

c) Informar a comissão diretiva de qualquer assunto que entenda dever ser especialmente ponderado;

d) Emitir parecer sobre o relatório e contas do Fundo;

e) Emitir parecer sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela comissão diretiva.

Portaria n.º 421/2012

de 21 de dezembro

Nos termos do artigo 57º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, os sujeitos passivos devem apresentar anualmente uma declaração de modelo oficial relativa aos rendimentos do ano anterior.

Para o ano de 2013 mostra-se necessário proceder à atualização do modelo da declaração modelo nº 3 e de alguns dos seus anexos, bem como atualizar as respetivas instruções de preenchimento, visando por um lado, adaptá-lo às alterações legislativas resultantes da publicação da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, e por outro, efetuar alguns aperfeiçoamentos administrativos, com vista a facilitar o seu preenchimento pelos contribuintes.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro de Estado e das Finanças, nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de novembro, e do nº 1 do artigo 144º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o seguinte:

Artigo 1º

Objeto

1 - São aprovados os seguintes novos modelos de impressos a que se refere o nº 1 do artigo 57º do Código do IRS, que se publicam em anexo à presente portaria:

a) Declaração modelo nº 3 e respetivas instruções de preenchimento;

b) Anexo B - rendimentos empresariais e profissionais auferidos por sujeitos passivos abrangidos pelo regime

simplificado ou que tenham praticado atos isolados, e respetivas instruções de preenchimento;

c) Anexo C - rendimentos empresariais e profissionais auferidos por sujeitos passivos tributados com base na contabilidade organizada, e respetivas instruções de preenchimento;

d) Anexo G - mais-valias e outros incrementos patrimoniais, e respetivas instruções de preenchimento;

e) Anexo G1 - mais-valias não tributáveis, e respetivas instruções de preenchimento;

f) Anexo H - benefícios fiscais e deduções, e respetivas instruções de preenchimento;

g) Anexo J - rendimentos obtidos no estrangeiro, e respetivas instruções de preenchimento;

2 - Os impressos aprovados devem ser utilizados a partir de 1 de janeiro de 2013 e destinam-se a declarar os rendimentos dos anos 2001 e seguintes.

Artigo 2º

Cumprimento da obrigação

1 - Os impressos em suporte de papel constituem modelo exclusivo da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A., integram original e duplicado, devendo este ser devolvido ao apresentante no momento da receção, depois de devidamente autenticado.

2 - Os sujeitos passivos de IRS titulares de rendimentos a declarar nos anexos B, C, D, I e L, ficam obrigados a enviar a declaração de rendimentos dos anos de 2001 e seguintes por transmissão eletrónica de dados.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, o sujeito passivo e o técnico oficial de contas, nos casos em que a declaração deva por este ser assinada, serão identificados por senhas atribuídas pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

4 - Os sujeitos passivos não compreendidos no nº 2 podem optar pelo envio da declaração modelo nº 3 e respetivos anexos por transmissão eletrónica de dados.

Artigo 3º

Procedimento

1 - Os sujeitos passivos que utilizem a transmissão eletrónica de dados devem:

a) Efetuar o registo, caso ainda não disponham de senha de acesso, através do Portal das Finanças, no endereço www.portaldasfinancas.gov.pt;

b) Efetuar o envio de acordo com os procedimentos indicados no referido Portal.

2 - Quando for utilizada a transmissão eletrónica de dados, a declaração considera-se apresentada na data em que é submetida, sob condição de correção de eventuais erros no prazo de 30 dias.

3 - Findo o prazo referido no número anterior sem que se mostrem corrigidos os erros detetados, a declaração é considerada sem efeito.

Artigo 4º

Norma Transitória

São mantidos em vigor os seguintes modelos de impressos e respetivas instruções de preenchimento, aprovados pela Portaria n.º 311-A/2011, de 27 de dezembro:

a) Anexo A - rendimentos do trabalho dependente e de pensões, e respetivas instruções de preenchimento;

b) Anexo D - imputação de rendimentos de entidades sujeitas ao regime da transparência fiscal e de heranças indivisas, e respetivas instruções de preenchimento;

c) Anexo E - rendimento de capitais, e respetivas instruções de preenchimento;

d) Anexo F - rendimentos prediais, e respetivas instruções de preenchimento;

e) Anexo I - rendimentos de herança indivisa, e respetivas instruções de preenchimento;

f) Anexo L - rendimentos obtidos por residentes não habituais, e respetivas instruções de preenchimento.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Vitor Louçã Ra-baça Gaspar*, em 14 de dezembro de 2012.

ANTES DE PREENCHER LEIA ATENTAMENTE TODO O IMPRESSO E CONSULTE AS INSTRUÇÕES

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS
MODELO 3

1 SERVIÇO DE FINANÇAS DA ÁREA DO DOMÍLIO FISCAL DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)
Código do Serviço de Finanças

2 ANOS RENDIMENTOS

RESERVADO À LEITURA ÓTICA

3 COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

A NOME(S) DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Sujeito Passivo A

Sujeito Passivo B

DEFICIENTES NÃO DEFICIENTES

DEFICIENTES DEFICIENTES

D DEPENDENTES EM GUARDA CONJUNTA - N.º 9 do art.º 78 do CIRS

4 NATUREZA DA DECLARAÇÃO

1.ª declaração do ano

2.ª declaração de substituição

RESIDÊNCIA FISCAL

A RESIDENTES

B NÃO RESIDENTE

4 REPRESENTANTE

5 RESIDÊNCIA EM PAÍS DA UE

6 ESTADO CIVIL DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

7 INFORMAÇÕES DIVERSAS

A SOCIEDADE CONJUGAL - ÓBITO DE UM DOS CÔNJUGES

B ASCENDENTES EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM SUJEITO PASSIVO

C ASCENDENTES E COLATERAIS ATÉ 3.º GRAU EM ECONOMIA COMUM

D AFILHADOS CIVIS EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM SUJEITO PASSIVO

E REEMBOLSO POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

8 ANEXOS

9 ANEXOS

10 RESERVADO AOS SERVIÇOS

11 APRESENTE DECLARAÇÃO CORRESPONDE A VERDADE E NÃO TEM QUALQUER INFORMAÇÃO

12 AUTENTICAÇÃO DA RECEÇÃO

ANTES DE PREENCHER LEIA ATENTAMENTE TODO O IMPRESSO E CONSULTE AS INSTRUÇÕES

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS
MODELO 3

1 SERVIÇO DE FINANÇAS DA ÁREA DO DOMÍLIO FISCAL DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)
Código do Serviço de Finanças

2 ANOS RENDIMENTOS

RESERVADO À LEITURA ÓTICA

3 COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

A NOME(S) DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Sujeito Passivo A

Sujeito Passivo B

DEFICIENTES NÃO DEFICIENTES

DEFICIENTES DEFICIENTES

D DEPENDENTES EM GUARDA CONJUNTA - N.º 9 do art.º 78 do CIRS

4 NATUREZA DA DECLARAÇÃO

1.ª declaração do ano

2.ª declaração de substituição

RESIDÊNCIA FISCAL

A RESIDENTES

B NÃO RESIDENTE

4 REPRESENTANTE

5 RESIDÊNCIA EM PAÍS DA UE

6 ESTADO CIVIL DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

7 INFORMAÇÕES DIVERSAS

A SOCIEDADE CONJUGAL - ÓBITO DE UM DOS CÔNJUGES

B ASCENDENTES EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM SUJEITO PASSIVO

C ASCENDENTES E COLATERAIS ATÉ 3.º GRAU EM ECONOMIA COMUM

D AFILHADOS CIVIS EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM SUJEITO PASSIVO

E REEMBOLSO POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

8 ANEXOS

9 ANEXOS

10 RESERVADO AOS SERVIÇOS

11 APRESENTE DECLARAÇÃO CORRESPONDE A VERDADE E NÃO TEM QUALQUER INFORMAÇÃO

12 AUTENTICAÇÃO DA RECEÇÃO

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO ROSTO DA DECLARAÇÃO MODELO 3

A declaração modelo 3 destina-se à apresentação anual dos rendimentos respeitantes ao ano anterior e de outros elementos informativos relevantes para a concreta situação tributária dos sujeitos passivos, tal como se encontra previsto no art. 57.º do Código do IRS.

Os impressos que constituem a presente declaração entram em vigor no início de 2013, estando a sua utilização circunscrita aos rendimentos dos anos de 2007 e seguintes.

A declaração modelo 3 pode ser entregue em papel ou via Internet, devendo ter-se em atenção as seguintes especificações:

Entrega em papel

A declaração é apresentada em duplicado, destinando-se este a ser devolvido ao apresentante no momento da entrega, com a autenticação da receção efetuada pelo serviço rodízio.

O original e o duplicado do resto da declaração e dos seus anexos devem pertencer ao mesmo conjunto, de forma a garantir que para cada impresso o código de barras do original e o duplicado seja o mesmo.

Sempre que o número de ocorrências a declarar for superior ao número de campos existentes, deve utilizar-se uma folha adicional ao modelo em causa, indicando-se os elementos respeitantes aos campos dos quadros 2 e 3 e preenchendo-se os dos quadros que se pretendem acrescentar.

No ato de entrega é obrigatório apresentar o cartão de contribuinte ou de cidadão dos sujeitos passivos (quadro 3A), dos dependentes (quadro 3B e 3C), dos dependentes em guarda conjunta (quadro 3D), dos ascendentes em comunhão de habitação (quadro 3E), dos afilhados civis (quadro 3F), dos ascendentes e colaterais até ao 3.º grau em economia comum com os sujeitos passivos (quadro 3G).

Posteriormente à data de entrega via Internet, pode a Autoridade Tributária e Aduaneira solicitar a apresentação dos documentos comprovativos da composição do agregado familiar, bem como das restantes pessoas identificadas no resto da declaração.

Entrega via Internet

O cumprimento da obrigação de entrega da declaração por via eletrónica é efetuado através do Portal das Finanças em www.portaldasfinancas.gov.pt

Imediatamente após a submissão da declaração, o contribuinte recebe uma mensagem eletrónica de confirmação de receção da declaração e da declaração entregue em papel, o qual pode ser obtido em www.portaldasfinancas.gov.pt/obtercomprovatorioIRS

O comprovativo da declaração entregue eletronicamente pode ser consultado e impresso, depois da declaração ser validada e considerada certa, no endereço atrás indicado.

Posteriormente à data de entrega via Internet, pode a Autoridade Tributária e Aduaneira solicitar a apresentação dos documentos comprovativos da composição do agregado familiar, bem como das restantes pessoas identificadas no resto da declaração.

QUEM DEVE APRESENTAR A DECLARAÇÃO

Os sujeitos passivos residentes quando estes ou os dependentes que integram o agregado familiar tenham auferido rendimentos sujeitos a IRS que obriquem à sua apresentação (art. 57.º do Código do IRS).

Em caso de falecimento, se houver sociedade conjugal, no ato do óbito, compete ao cônjuge sobrevivente declarar os rendimentos do falecido, identificando-o no quadro 7A. Não havendo sociedade conjugal, compete ao cônjuge de-casal cumprir as obrigações do falecido.

O cônjuge-de-casal de herança indistinta que integra rendimentos pessoais (categoria B).

Os sujeitos passivos não residentes, relativamente a rendimentos obtidos no território português (art. 18.º do Código do IRS), não sujeitos a retenção a taxas liberatórias (rendimentos prediais e mais-valias).

QUEM ESTÁ DISPENSADO DE APRESENTAR A DECLARAÇÃO

Estão dispensados da apresentação da declaração modelo 3 os sujeitos passivos que, durante o ano, apenas tenham auferido, isolada ou cumulativamente, os seguintes rendimentos (art. 58.º do Código do IRS):

a) Rendimentos sujeitos a taxas liberatórias, quando não sejam objeto de opção pelo regime obrigatório nos casos em que é legalmente permitida;

b) Rendimentos de pensões pagas por regimes obrigatórios de proteção social, de montante inferior ao da dedução específica estabelecida no n.º 1 do art. 53.º do Código do IRS (art. 4104.00);

c) Rendimentos de trabalho dependente de montante inferior ao da dedução específica estabelecida na alínea a) do n.º 2 do art. 25.º do Código do IRS (art. 4104.00).

ONDE DEVE SER APRESENTADA A DECLARAÇÃO

A declaração poderá ser entregue:

- Via Internet, devendo, se ainda não possuir, ser previamente solicitada a senha de acesso para cada um dos sujeitos passivos A e B, através do endereço eletrónico www.portaldasfinancas.gov.pt

- Em qualquer serviço de finanças ou posto de atendimento;

- Enviada pelo correio com o direito de finanças da área do domicílio fiscal dos sujeitos passivos, acompanhada de fotocópia dos cartões de contribuinte ou de cidadão dos sujeitos passivos (quadro 3A), dos dependentes (quadro 3B e 3C), dos dependentes em guarda conjunta (quadro 3D), dos ascendentes em comunhão de habitação (quadro 3E), dos ascendentes e colaterais até ao 3.º grau em economia comum (quadro 3G) e dos afilhados civis (quadro 3F).

A declaração de substituição, quando entregue fora do prazo legal e em suporte de papel, deve ser entregue no serviço de finanças do domicílio fiscal do sujeito passivo.

QUANDO DEVE SER APRESENTADA A DECLARAÇÃO

Em suporte de papel

Durante o mês de março, se apenas tiverem sido recebidos ou colocados à disposição rendimentos do trabalho dependente (categoria A) ou pensões (categoria H). Durante o mês de abril, se tiverem sido obtidos rendimentos de outras categorias ou for exigível a apresentação do ano G1.

Via Internet

Durante o mês de abril, se apenas tiverem sido recebidos ou colocados à disposição rendimentos do trabalho dependente (categoria A) ou pensões (categoria H). Durante o mês de abril, se tiverem sido obtidos rendimentos de outras categorias ou for exigível a apresentação do ano G1.

Em suporte de papel ou via Internet

Em 30 dias mediatos àquele em que se tornou definitivo o valor patrimonial de prédios alienados quando superior ao valor declarado no anexo G, à reposição de rendimento em ano diferente (n.º 2 do art. 60.º do Código do IRS) ou reconhecimento de isenção (n.º 3 do art. 38.º do EBF) para além do prazo de entrega da declaração. Durante o mês de janeiro do ano seguinte àquele em que se tiver tornado definitivo o valor patrimonial dos imóveis alienados, no âmbito da categoria B, quando superior ao anteriormente declarado (n.º 2 do art. 31.º do Código do IRS), nos anexos E ou C.

A indicação do número de anexos será efetuada no quadro 8 do resto da declaração.

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A DECLARAÇÃO MODELO 3

Anexos A a L

A declaração modelo 3 deverá ser acompanhada dos anexos relativos aos rendimentos obtidos e, quando for caso disso, do anexo G (Mais-valias não tributadas), do anexo H (Benefícios Fiscais e Deduções) e do anexo I (Herança Indivisa), do anexo J quando for necessário declarar o número das contas de depósito ou de títulos abertas em instituição financeira não residente em território português ou do anexo K quando o residente não habitual pretender identificar os rendimentos de elevado valor acrescentado.

A indicação do número de anexos será efetuada no quadro 8 do resto da declaração.

Outros documentos

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

Quando for exercida a opção de englobamento, no anexo E, relativamente a rendimentos sujeitos a taxas liberatórias (n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS), deve juntar-se à declaração do sujeito passivo o comprovativo dos rendimentos e relativos (n.º 3 do art. 119.º do Código do IRS).

havendo união de facto (art. 14.º do Código do IRS e Lei n.º 7/2001) há mais de dois anos, nos termos e condições previstos na lei, será assinalado o campo 4. A aplicação deste regime depende da identificação do domicílio fiscal dos sujeitos passivos há mais de dois anos e durante o período de tributação, bem como da assinatura, por ambos, da declaração de rendimentos.

QUADRO 7A - SOCIEDADE CONJUGAL - ÓBITO DE UM DOS CÔNJUGES

A identificação do cônjuge falecido só deve ser efetuada na declaração de identificação de rendimentos do ano em que ocorreu o óbito, indicando o grau de incapacidade permanente superior ou igual a 60%, desde que devidamente comprovado através de atestado multissus, e se era ou não deficiente das Forças Armadas.

QUADRO 7B - ASCENDENTES EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM O(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Identificação dos ascendentes que vivam, efetivamente, em comunhão de habitação com os sujeitos passivos, desde que não auferam rendimentos superiores à pensão mínima do regime geral, não podendo o mesmo ascendente ser incluído em mais de um agregado familiar. Para além da identificação dos ascendentes, deve indicar-se, se for caso disso, o respetivo grau de incapacidade permanente, quando igual ou superior a 60%, desde que devidamente comprovado através de atestado multissus.

QUADRO 7C - AFILHADOS CIVIS EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM O(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Devem ser identificados, através da indicação do respetivo número de identificação fiscal, os afilhados civis que vivam em comunhão de habitação com os sujeitos passivos, nos termos da Lei n.º 103/2009, de 11 de setembro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 151/2010, de 27 de outubro.

QUADRO 7D - NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA

Para efeitos de reembolso, e efetuar por transferência bancária, deve ser indicado o número de identificação bancária (NIB), o qual deve, obrigatoriamente, corresponder a pelo menos um dos sujeitos passivos a quem a declaração de rendimentos respeita. Em caso de dúvida consulte o seu banco. Não são admitidas emendas ou rasuras na indicação do NIB.

QUADRO 7E - ASCENDENTES E COLATERAIS ATÉ AO 3.º GRAU EM ECONOMIA COMUM

Identificação dos ascendentes que vivam em economia comum com os sujeitos passivos, desde que não possuam rendimentos superiores à retribuição mínima mensal, não podendo o mesmo ascendente ou colateral até ao 3.º grau ser incluído em mais de um agregado familiar.

QUADRO 8 - NÚMERO DE ANEXOS QUE ACOMPANHAM A DECLARAÇÃO

Indicação do número e tipo de anexos que acompanham a declaração e identificação de qualquer outro documento que o sujeito passivo deva juntar.

QUADRO 9 - PRAZOS ESPECIAIS

Campo 1 - Este campo deve ser assinalado se, após o decurso do prazo normal de entrega das declarações, ocorrerem os seguintes factos:

- O valor patrimonial definitivo do imóvel alienado for superior ao valor declarado no anexo G;
- A concretização da reposição integral de rendimentos for efetuada em ano diferente do do seu recebimento e depois de decorrido o prazo de entrega da declaração desse ano;
- Reconhecimento de benefícios fiscais para além do prazo de entrega da declaração (n.º 3 do art. 39.º do art. 39.º do EBF).

No ato do recebimento das declarações em papel, apresentadas nos termos do n.º 2 do art. 60.º ou do n.º 2 do art. 31.º-A do Código do IRS, deve proceder-se à verificação dos documentos que lhe estão sujeitos, de forma a comprovar a correta utilização destes prazos especiais, devendo assinalar, para este efeito, o campo 9 ou 8, consoante o caso. Para além dos quesitos que devem ser respondidos com referência às declarações de substituição, para efeitos da subalínea ii) da alínea b) do n.º 3 do art. 59.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, deve proceder-se à indicação das datas da recepção e do limite do prazo de entrega tendo em consideração o disposto no art. 31.º-A e no n.º 2 do art. 60.º do Código do IRS), do número da lote e do número da declaração.

A certificação do ato de entrega da declaração em papel efetua-se através da aposição, no original e no duplicado do rolo, da respetiva vinhetla comprovativa da entrega da declaração.

TABELA DOS PAÍSES QUE FAZEM PARTE DA UNIÃO EUROPEIA E DO ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU

Fazem parte do Espaço Económico Europeu os seguintes países:

a) Os membros da EFTA (com excepção da Suíça): Islândia, Liechtenstein e Noruega;

b) Os Estados membros da União Europeia.

PAÍSES	CÓDIGOS	PAÍSES	CÓDIGOS	PAÍSES	CÓDIGOS
Alemanha	276	Finlândia	246	Luxemburgo	442
Áustria	040	Franga	250	Malta	470
Bélgica	056	Grecia	300	Noruega	578
Bulgária	100	Hungria	348	Países Baixos	528
Chipre	196	Itália	372	Polónia	616
Dinamarca	298	Islandia	382	Reino Unido	626
Estonia	792	Letónia	380	República Checa	203
Eslovénia	705	Litânia	428	Roménia	642
Espanha	724	Liechtenstein	438	Suécia	752
Estónia	233	Lituânia	440		

ASSINATURA DA DECLARAÇÃO

Assinaturas dos sujeitos passivos ou do seu representante ou gestor de negócios, constituindo a falta de assinatura motivo de recusa da receção da declaração (art. 146.º do Código do IRS).

No caso de união de facto, a declaração deve obrigatoriamente ser assinada por ambos os sujeitos passivos (n.º 2, do art. 14.º do Código do IRS).

5 - OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA DOS AGENTES DESPORTIVOS (ANO DE 2006 E ANOS ANTERIORES)

RENDIMENTOS ILÍQUIDOS PROVENIENTES DA ATIVIDADE DESPORTIVA 501 - - - - -

6 - ACRÉSCIMOS AO RENDIMENTO - Art. 38.º, n.º 3, do CIRS

Mais-Valias na alienação de parte social 601 - - - - -

Ganhos suspensos correspondentes à transmissão da totalidade do património, majorados em 15% por cada ano ou fração 602 - - - - -

SOMA - - - - -

7 - DEDUÇÕES À COLETA

Rendimentos sujeitos a retenção Retenções na Fonte Pagamentos por Conta Crédito de Imposto (2001)

701 - - - - - 702 - - - - - 703 - - - - - 704 - - - - -

IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE EFETUARAM AS RETENÇÕES E RESPECTIVOS VALORES

VALOR		VALOR	
NF 705	- - - - -	NF 711	- - - - -
NF 706	- - - - -	NF 712	- - - - -
NF 707	- - - - -	NF 713	- - - - -
NF 708	- - - - -	NF 714	- - - - -
NF 709	- - - - -	NF 715	- - - - -
NF 710	- - - - -	NF 716	- - - - -

8 - PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE

ANO	RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS	
802	- - - - -	814	- - - - -
803	- - - - -	815	- - - - -
804	- - - - -	816	- - - - -
805	- - - - -	817	- - - - -
806	- - - - -	818	- - - - -
807	- - - - -	819	- - - - -

NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUENTE 801 - - - - -

9 - DESPESAS GERAIS (vide instruções)

RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS
Engargos com viaturas, motos e motocicletas 901	910
Despesas de valorização profissional 902	911
Despesas de representação 903	912
Contribuições obrigatórias para a segurança social 904	913
Quotizações Sindicais 905	914
Quotizações para ordens profissionais 906	915
Deslocações, viagens e estadas 907	916
Outras despesas indispensáveis à formação do rendimento 908	917
SOMA	

10 - TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA

Despesas não documentadas - art. 73.º, n.º 1 do CIRS 1001 - - - - -

Importâncias pagas a não residentes - art. 73.º, n.º 8 do CIRS 1002 - - - - -

SOMA

11 - TOTAL DAS VENDAS / PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Do Ano N	Do Ano N-1	Do Ano N-2
Vendas 1101	1103	1105
Prestações de serviços e outros rendimentos 1102	1104	1106
SOMA 1107	1108	1109

12 - CESSAÇÃO DA ATIVIDADE / NÃO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Cessou a atividade? SIM 1 NÃO 2

Em caso afirmativo, indique a data: 3 - - - - -

No ano a que respeita a declaração não exerceu atividade nem obteve rendimentos da Categoria B 4 - - - - -

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO
ANEXO B

Destina-se a declarar rendimentos empresariais e profissionais (categoria B), ainda que sujeitos a tributação autónoma, tal como são definidos no artigo 3.º do Código do IRS, que devam ser tributados segundo o regime simplificado, bem como os decorrentes de atos isolados e os referidos no n.º 3 do artigo 38.º do mesmo diploma.

QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO B

O titular de rendimentos tributados na categoria B (rendimentos empresariais e profissionais), o cabeça de casal ou administrador de herança indivisa que produza rendimentos dessa categoria, nas seguintes situações:

- Quando se encontre abrangido pelo regime simplificado (inclui a opção de tributação pelas regras da categoria A);
- Quando os rendimentos resultem da prática de acto isolado tributado na categoria B;
- Quando forem obtidos ganhos resultantes da transmissão onerosa de partes de capital a que se refere o n.º 3 do artigo 38.º do Código do IRS.

Este anexo é individual e, em cada um, apenas podem constar os elementos respeitantes a um titular, o qual deverá englobar a totalidade dos rendimentos obtidos em território português, sendo os obtidos fora deste declarados, exclusivamente, no anexo J.

A obrigação de apresentação deste anexo manter-se-á enquanto não for declarada a cessação de atividade ou não transitar para o regime de contabilidade organizada.

QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO B

Nos prazos e locais previstos para apresentação da declaração de rendimentos modelo 3, da qual faz parte integrante.

QUADRO 1 - REGIME SIMPLIFICADO / ATO ISOLADO

NATUREZA DOS RENDIMENTOS

Os campos 01 e 02 não podem ser assinalados simultaneamente.

Campo 01 - É assinalado por quem exerce a actividade e está abrangido pelo regime simplificado, ainda que o titular dos rendimentos opte pela aplicação das regras da categoria A.

Campo 02 - É assinalado se a totalidade do rendimento declarado no quadro 4 for proveniente de ato isolado.

Campos 03 e 04 - Deve ser assinalado o campo correspondente à natureza dos rendimentos declarados. Se o titular dos rendimentos exercer simultaneamente as actividades agrupadas nos campos 03 e 04 deverá assinalar os dois campos, identificando as actividades, através dos respetivos códigos, nos campos 10, 11 e 12 do quadro 3A.

QUADRO 3 - IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

A identificação dos sujeitos passivos (campos 06 e 07) deve respeitar a posição assumida para cada um no quadro 3A do rolo da declaração modelo 3.

QUADRO 3A - IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DOS RENDIMENTOS

Campo 08 - Destina-se à identificação fiscal do titular dos rendimentos declarados (sujeito passivo A, sujeito passivo B ou dependente).

Campo 09 - É reservado à identificação da herança indivisa, feita através da indicação do número de identificação equiparado a pessoa coletiva que lhe foi atribuído (NIPC), quando for assinalado o campo 1, não devendo ser preenchido o campo 08.

Campo 10 - Deve ser inscrito o código da Tabela de Actividades, a que se refere o art. 151.º do CIRS, publicada pela Portaria n.º 1011/2001, de 21 de agosto, correspondente à actividade exercida. Caso se trate de actividade não prevista nessa Tabela, deve ser preenchido o campo 11 ou 12 com a indicação do Código CAE que lhe corresponda.

Podem ser simultaneamente preenchidos os campos 10, 11 e 12 se forem exercidas, pelo titular dos rendimentos, as diferentes actividades neles referidas.

QUADRO 4 – RENDIMENTOS BRUTOS OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Devem ser declarados os **rendimentos brutos**, quer sejam provenientes de atos isolados ou do exercício de atividades profissionais ou empresariais, os quais serão indicados nos subquadros 4A ou 4B, conforme a sua natureza.

Os titulares **deficientes** com grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60% deverão, igualmente, declarar o **total** dos rendimentos brutos auferidos, sendo a parte dos rendimentos isenta assumida automaticamente na liquidação do imposto.

A determinação do rendimento tributável cabe, exclusivamente, à Administração Tributária, a qual fará a aplicação dos coeficientes previstos no art. 31.º do Código do IRS. Estes não serão aplicados na determinação do rendimento líquido quando for efetuada a opção pelas regras da categoria A.

Se for efetuada a opção pelas regras da categoria A serão consideradas apenas as despesas declaradas no campo 407 com as limitações previstas no art. 25.º do CIRS, cuja discriminação deve ser efetuada no Quadro 9.

Consideram-se rendimentos provenientes de ato isolado os que não resultem de uma prática previsível ou reiterada. Na determinação do rendimento líquido proceder-se-á da seguinte forma:

- Se o rendimento for igual ou inferior a € 150 000,00 será aplicado o coeficiente que lhe corresponder;
- Se o rendimento for superior a € 150 000,00 serão considerados os encargos comprovadamente indispensáveis à sua obtenção de acordo com as regras aplicáveis no regime de contabilidade. Os encargos devem ser indicados nos campos 406 ou 413 e 407 ou 414 sendo estes últimos discriminados no quadro 9.

Na **transmissão onerosa de direitos reais sobre bens imóveis** o valor de realização a considerar será o valor de venda ou, se superior, o valor patrimonial definitivo que serviu de base para efeitos de IMT, ou que serviria no caso de não haver lugar a essa liquidação (art. 31.º-A do Código do IRS). Neste caso, o valor da transmissão a considerar nos campos 401, 403 ou 410 será o **valor patrimonial definitivo**, devendo ser preenchido também o Quadro 4D.

Se o referido **valor patrimonial definitivo vier a ser conhecido após o decurso do prazo legal da entrega da declaração e se for superior ao valor nesta declarado, a declaração de substituição deve ser apresentada durante o mês de janeiro** do ano seguinte (n.º 2 do art. 31.º-A do Código do IRS).

Quadro 4A – RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS

Devem ser incluídos os rendimentos brutos decorrentes do exercício de atividades profissionais, comerciais e industriais, ou de atos isolados dessa natureza, tal como são definidas nos artigos 3º e 4º do Código do IRS.

Campo 403 – Destina-se à indicação dos valores respeitantes a prestações de serviços e outros rendimentos, tais como:

- Rendimentos da propriedade intelectual ou industrial ou da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no sector industrial, comercial ou científico, quando auferidos pelo seu titular originário, que não cumpram os requisitos previstos no art. 58.º do EBF;
- Mais-valias apuradas no âmbito das atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, definidas nos termos do artigo 46.º do Código do IRC, decorrentes da alienação onerosa e as resultantes da transferência para o património particular dos empresários de quaisquer bens afetos ao ativo da empresa e, bem assim, os outros ganhos ou perdas que, não se encontrando nessas condições, decorram das operações referidas no n.º 1 do art. 10.º do Código do IRS, quando imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais;
- As importâncias auferidas, a título de indemnização, conexas com a actividade exercida, nomeadamente a sua redução, suspensão e cessação, assim como pela mudança do local do respetivo exercício;
- As importâncias relativas à cessão temporária de exploração de estabelecimento;

Campo 404 – Destina-se à indicação da **parte não isenta** dos rendimentos provenientes da propriedade intelectual que cumpram os requisitos previstos no art. 58.º do EBF, a qual pode ser constituída pelos seguintes valores:

- a) 50% dos rendimentos da propriedade literária, artística e científica, auferidos por autores residentes em território português que beneficiem da isenção prevista no artigo 58.º do EBF;
- b) O excesso do valor declarado no quadro 5 do anexo H, cuja isenção não pode ultrapassar € 20 000,00, de acordo com o estabelecido com o n.º 3 do art. 58.º do EBF.

Exemplo de preenchimento:

Rendimentos da propriedade intelectual - 80.000, dos quais 75.000 estão abrangidos pelo disposto no n.º 1 do art. 58º do EBF

Valores a declarar no anexo B - quadro 4:

Campo 403 - 5.000

Campo 404 - 55.000 (correspondente ao total dos rendimentos previstos no n.º 1 do art. 58º do EBF) => 75.000 - 20.000 (valor isento)

valor a declarar no anexo H - quadro 5 / campo 501 - 20.000

Campo 405 - Deve ser preenchido se tiverem sido obtidos rendimentos decorrentes do exercício de atividades financeiras (CAE iniciado por 64, 65 ou 66) na Região Autónoma dos Açores, conforme Decisão da Comissão Europeia C(2002) 4487, de 11 de Dezembro.

Campo 406 e 407 - Devem ser indicadas as despesas suportadas se os rendimentos forem provenientes de ato isolado de valor superior a € 150 000,00.

O campo 407 pode ainda ser preenchido para declarar as despesas suportadas nas prestações de serviços, quando efetuadas a uma única entidade e for exercida a opção pelas regras da categoria A.

Campo 420 - Destina-se à indicação dos rendimentos decorrentes de prestação de serviços efetuada pelo sócio a uma sociedade de profissionais abrangida pelo **regime de transparência fiscal**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Código do IRC, como dispõe o n.º 2 do art. 31.º do Código do IRS.

Campo 421 - Destina-se à indicação de rendimentos prediais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 3.º do Código do IRS.

Campo 422 - Destina-se à indicação de rendimentos de capitais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 3.º do Código do IRS.

Campo 423 - Destina-se à indicação de rendimentos resultantes da atividade de produção de eletricidade por intermédio de unidades de microprodução, cujo regime jurídico se encontra previsto no Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro, devendo ser declarada a totalidade do rendimento ainda que excluído de tributação em sede de IRS, por ser inferior a 5 000 euros, conforme dispõe o n.º 6 do art. 12.º do referido diploma.

Campo 424 – Destina-se à indicação de subsídios destinados à exploração.

Campo 425 – Destina-se à indicação de subsídios ou subvenções não destinados à exploração.

Quadro 4B – RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS

Devem ser indicados os rendimentos brutos decorrentes do exercício de atividades agrícolas, silvícolas e pecuárias ou de atos isolados dessa natureza, tal como são definidas no art. 4º do Código do IRS.

Campo 411 - Devem indicar-se neste campo os montantes dos subsídios destinados à exploração.

Campos 413 e 414 - Devem ser indicadas as despesas suportadas se os rendimentos forem provenientes de ato isolado de valor superior a € 150 000,00.

Campo 426 – Destina-se à indicação de subsídios ou subvenções não destinados à exploração.

Quadro 4C – OPÇÃO PELA APLICAÇÃO DAS REGRAS DA CATEGORIA A

É permitida a opção de tributação pelas regras estabelecidas para a categoria A quando a totalidade dos rendimentos auferidos e declarados no quadro 4 resulte de serviços prestados a uma única entidade e o titular dos rendimentos não tenha optado pelo regime da contabilidade organizada ou não resultem da prática de ato isolado.

Este quadro destina-se à formalização dessa opção, a qual se manterá por um período de três anos caso se verifiquem os respetivos pressupostos.

No campo 407 devem ser indicadas as despesas suportadas de acordo com o disposto no art. 25.º do Código do IRS que são discriminadas no Quadro 9.

Quadro 4D – ALIENAÇÃO DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS

Na primeira parte deste quadro deve indicar no campo 1 ou 2, respetivamente, se houve ou não alienação de direitos reais sobre bens imóveis. Em caso afirmativo deve identificar os prédios ou frações alienados.

Nos casos em que o valor de realização a considerar relativamente à alienação de direitos reais sobre bens imóveis nos quadros 4A ou 4B seja o **valor patrimonial definitivo** considerado para efeitos de IMT, por ser **superior ao valor de venda**, deve ser preenchida também a coluna “Valor Definitivo”, devendo, ainda, assinalar-se a circunstância de ter havido ou não recurso nos termos do art. 139.º do Código do IRC.

QUADRO 5 – OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA DOS AGENTES DESPORTIVOS

Campo 501 - Devem ser declarados os rendimentos ilíquidos auferidos exclusivamente pela prática de atividade desportiva, pelos agentes desportivos que optem pela tributação autónoma, sendo aplicável aos anos de 2006 e anteriores.

Os rendimentos provenientes da atividade desportiva obtidos nos anos de 2007 e seguintes devem ser declarados no quadro 4.

QUADRO 6 - ACRÉSCIMOS AO RENDIMENTO - Art. 38.º, n.º 3, do CIRS

São declaradas neste quadro as mais-valias resultantes da alienação das partes de capital recebidas como contrapartida da transmissão do património profissional ou empresarial, nos termos do n.º 1 do artigo 38.º do Código do IRS, se a alienação ocorrer antes de decorridos 5 anos da data da referida transmissão. Neste caso também são de declarar os ganhos que ficaram suspensos de tributação, relativos à transmissão da totalidade do património afeto ao exercício da atividade empresarial e profissional, majorados em 15% por cada ano, ou fração, decorrido desde aquele em que se verificou a entrada do património para realização do capital da sociedade.

Os valores inscritos neste quadro **não** deverão ser mencionados no quadro 4.

QUADRO 7 - DEDUÇÕES À COLETA

Campos 701 e 702 - Devem ser indicados os rendimentos ilíquidos (incluindo adiantamentos) que foram sujeitos a retenção, bem como as respetivas retenções na fonte que sobre eles foram efetuadas no ano a que respeita a declaração.

Campo 703 - Deve ser declarado o valor total dos pagamentos por conta efetuados durante o ano.

Campos 705 a 716 – Sempre que se indiquem valores de retenções no campo 702, deve proceder-se à identificação das entidades que efetuaram as retenções através da indicação dos respetivos números de identificação fiscal e à indicação dos valores retidos.

QUADRO 8 - PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE

Serão de indicar, apenas, os prejuízos, gerados em vida do autor da herança, e ainda não deduzidos por este, os quais, uma vez declarados pelos sucessores no anexo respeitante ao ano do óbito, não deverão sê-lo em anos posteriores, salvo se for para declarar, no ano seguinte, os prejuízos do ano do óbito.

Para esse efeito é indispensável o preenchimento do campo 801, identificando o autor da sucessão e indicando, por anos, os montantes dos prejuízos apurados nos últimos seis anos (ou cinco para os prejuízos apurados nos anos de 2000 e anteriores) que ainda não tiverem sido deduzidos, na respetiva categoria, pelo agregado familiar de que o autor da herança fazia parte.

QUADRO 9 - DESPESAS GERAIS

Destina-se à inscrição das despesas suportadas no exercício de atividades empresariais e profissionais, as quais só serão tomadas em consideração, na determinação do rendimento líquido, se respeitarem a opção pelas regras da categoria A ou à prática de ato isolado, de valor superior a € 150 000,00.

Os limites relativos aos campos 907 e 916 são assumidos automaticamente na liquidação.

QUADRO 10 - TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA

São declarados neste quadro os montantes das despesas sujeitas a tributação autónoma, nos termos do artigo 73.º, n.ºs 1 e 6 do Código do IRS, caso o titular dos rendimentos disponha de contabilidade organizada.

QUADRO 11 - TOTAL DAS VENDAS / PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os rendimentos a mencionar são aqueles que foram indicados nos quadros 4, 5 e 6 deste anexo e os indicados com os códigos 403, 406 e 410 do quadro 4 do anexo H, os mencionados no quadro 5 do anexo H, e ainda os que foram indicados no anexo J nos campos 403 a 406 e 421. Se a declaração se reportar aos anos de 2006 e anteriores deve ainda ser incluído o rendimento indicado no campo 501 deste anexo.

O **total** das vendas deve ser indicado separadamente do **total** das prestações de serviços e de outros rendimentos, sujeitos a imposto, incluindo os que se encontram isentos, obtidos no ano a que se refere a declaração, bem como nos dois anos imediatamente anteriores.

Assim, nos campos 1102, 1104 ou 1106 devem ser indicados, para além dos rendimentos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do art. 3.º do Código do IRS, também os referidos no seu n.º 2:

- Rendimentos prediais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais;
- Rendimentos de capitais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais;
- Mais-valias apuradas no âmbito das atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, definidas nos termos do artigo 46.º do Código do IRC, decorrentes da alienação onerosa e as resultantes da transferência para o património particular dos empresários de quaisquer bens afetos ao ativo da empresa e, bem assim, os outros ganhos ou perdas que, não se encontrando nessas condições, decorram das operações referidas no n.º 1 do art. 10.º do Código do IRS, quando imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais;
- As importâncias auferidas, a título de indemnização, conexas com a atividade exercida, nomeadamente a sua redução, suspensão e cessação, assim como pela mudança do local do respetivo exercício;
- As importâncias relativas à cessão temporária de exploração de estabelecimento;
- Os subsídios ou subvenções no âmbito do exercício de atividade comercial, industrial, agrícola, silvícola ou pecuária;
- Os subsídios ou subvenções no âmbito do exercício de atividade de prestação de serviços, ainda que conexa com qualquer atividade mencionada no ponto anterior;
- Microprodução de eletricidade.

QUADRO 12 - CESSAÇÃO DA ATIVIDADE

Os campos 1 ou 2 são de preenchimento obrigatório. Se for assinalado o campo 1 deverá ser indicada a data em que a cessação ocorreu no campo 3.

Esta informação não desobriga o titular dos rendimentos da apresentação da declaração de cessação a que se refere o art. 112.º do Código do IRS.

No caso de não ter exercido actividade, nem ter obtido quaisquer rendimentos da categoria B, no ano a que respeita a declaração, deve assinalar o campo 4.

Assinaturas

O anexo deve ser assinado pelo titular dos rendimentos ou por um seu representante ou gestor de negócios. A falta de assinatura é motivo de recusa da declaração.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS Modelo 3 Anexo C	1	RENDIMENTOS DA CATEGORIA B REGIME CONTABILIDADE ORGANIZADA		2	ANODOS RENDIMENTOS	
	Profissionais, Comerciais e Industriais 01				03 2	
	Agricultores, Silvícolas e Pecuários 02					
	IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)					
	Sujeito passivo A NF 84					Sujeito passivo B NF 85
	IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO					
	Este anexo respeita à atividade de herança indivisa? SIM 1 NÃO 2					
	Se assinalou SIM, indique o NIPC e não preencha o campo 06 NIPC 07					
	CÓDIGO DA TABELA DE ATIVIDADES (ART. 151.º DO IRS)					CÓDIGO CAE (RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS) 09
	CÓDIGO CAE (RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS) 10					
B POSSUI ESTABELECIMENTO ESTÁVEL? SIM 1 NÃO 2						
4 APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (Obtido em Território Português)						
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art. 21.º do CIRCI) e quota-parte do subido respeitante a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis com vida útil indefinida (art. 22.º n.º 1, al. b) do CIRCI)						
Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art. 5.º, n.º 1, 5 e 6 do DL 159/2009, de 13/7)						
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art. 24.º do CIRCI)						
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art. 5.º, n.º 1, 5 e 6 do DL 159/2009, de 13/7)						
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)						
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)						
SOMA (campos 401 + 402 + 403 + 404 + 405 + 406 + 407)						
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art. 18.º, n.º 2 do CIRCI)						
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art. 18.º, n.º 5 do CIRCI)						
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art. 18.º, n.º 9 do CIRCI)						
Gastos não documentados (art. 23.º, n.º 1 do CIRCI)						
Ajustamentos em inventários para além dos limites legais (art. 28.º do CIRCI) e perdas por imparidade em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art. 35.º do CIRCI)						
Depreciações e amortizações (art. 34.º, n.º 1 do CIRCI), perdas por imparidade de ativos depreciáveis ou amortizáveis (art. 35.º, n.º 4 do CIRCI) e desvalorizações excecionais (art. 38.º do CIRCI) não aceites como gastos						
40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art. 15.º, n.º 2 do D.R. 25/2009, de 14/9)						
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art. 19.º, n.º 3 e 38.º do CIRCI) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros						
Créditos incorríveis não aceites como gastos (art. 41.º do CIRCI)						
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art. 43.º do CIRCI)						
IRS e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros (art. 45.º, n.º 1, al. a) do CIRCI)						
Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessantes decorrentes (art. 45.º, n.º 1, al. b) do CIRCI)						
Impostos e outros encargos que incidam sobre lucros que o sujeito passivo não esteja legalmente autorizado a suportar (art. 45.º, n.º 1, al. c) do CIRCI)						
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações (art. 45.º, n.º 1, al. d) do CIRCI)						
Indemnizações por eventos seguráveis (art. 45.º, n.º 1, al. e) do CIRCI)						
Ajustes de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art. 45.º, n.º 1, al. f) do CIRCI)						
Encargos não devidamente documentados (art. 45.º, n.º 1, al. g) do CIRCI)						
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor (art. 45.º, n.º 1, al. h) do CIRCI)						
Encargos com combustíveis (art. 45.º, n.º 1, al. i) do CIRCI)						
Menos-valias contabilizadas						
Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização (art. 46.º, n.º 5, al. b) do CIRCI)						
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art. 46.º do CIRCI)						
50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art. 48.º, n.º 1, 4 e 5 do CIRCI)						
Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção das partes de capital na titularidade do adquirente (art. 48.º, n.º 6 e 7 do CIRCI)						
Mais-valias fiscais - regime transitório (art. 7.º, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de Dezembro e art. 32.º, n.º 8 da Lei n.º 108-B/2001, de 25 de Dezembro)						
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato (art. 31.º-A do CIRCI)						
Pagamentos a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art. 65.º do CIRCI)						

A DECEBER	4	APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (Obtido em Território Português) - Cont.				
	Donativos não previstos ou além dos limites legais (art. 62.º e 65.º do EBF e Estatuto do Mecanato Científico)		436	-	-	-
	Correção por excesso dos limites de encargos dedutíveis (art. 33.º do CIRCI)		437	-	-	-
	SOMA (campos 408 a 438)		438	-	-	-
	Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente (art. 27.º al. f) do D.R. 25/2009, de 14/9)		440	-	-	-
	Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art. 18.º, n.º 2 do CIRCI)		441	-	-	-
	Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: crédito de juros (art. 18.º, n.º 5 do CIRCI)		442	-	-	-
	Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art. 18.º, n.º 9 do CIRCI)		443	-	-	-
	Reversão de ajustamentos em inventários tributados (art. 28.º, n.º 3 do CIRCI) e de perdas por imparidade tributadas (art. 35.º, n.º 3 do CIRCI)		444	-	-	-
	Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art. 30.º do D.R. 25/2009, de 14/9) e dedução da quota-parte das partes por imparidade de ativos depreciáveis ou amortizáveis não aceites fiscalmente como desvalorizações excecionais (art. 38.º, n.º 4 do CIRCI)		445	-	-	-
Reversão de provisões tributadas (art. 19.º, n.º 3 e 38.º, n.º 4 do CIRCI)		446	-	-	-	
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos		447	-	-	-	
Mais-valias contabilizadas		448	-	-	-	
50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização (art. 46.º, n.º 5, al. b) e art. 45.º, n.º 3, parte final do CIRCI) e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outros componentes do capital próprio (art. 45.º, n.º 1, parte do CIRCI)		449	-	-	-	
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art. 46.º do CIRCI)		450	-	-	-	
Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão (art. 64.º, n.º 3, al. b) do CIRCI)		451	-	-	-	
Benefícios fiscais (art. 22.º, n.º 14, al. b) e art. 67.º do EBF; rendimentos dividida pública (art. 2.º, do DL n.º 143-A/89 e art. 4.º, do DL n.º 215/89)		452	-	-	-	
Rendimentos auferidos por titulares deficientes - parte isenta		453	-	-	-	
Rendimentos da propriedade intelectual - parte isenta (art. 58.º do EBF)		454	-	-	-	
Benefícios para a criação de emprego (Majoração - art. 19.º do EBF)		455	-	-	-	
Rendimentos obtidos fora do território português líquidos do imposto pago (ver instruções)		456	-	-	-	
Atualização dos encargos plurianuais de explorações silvícolas (art. 34.º do CIRCI)		462	-	-	-	
Microprodução de eletricidade (n.º 6 do art. 12.º, do DL n.º 363/2007 de 02/11)		463	-	-	-	
SOMA (campos 440 a 457 e 462 a 463)		458	-	-	-	
PRELÚCIO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 458 > 439)		459	-	-	-	
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 439 > 458)		460	-	-	-	
4A INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						
Se preencher o campo 454 indique a totalidade dos rendimentos da propriedade intelectual abrangidos pelo art. 58.º do EBF (Parte isenta e parte não isenta)						

5 DISCRIMINAÇÃO POR REGIME DE TRIBUTAÇÃO					
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS			LUCRO FISCAL		
ATIVIDADES AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIAS					
ATIVIDADES FINANCEIRAS (CÓDIGOS CAE 65, 66 OU 67)					
6 DISCRIMINAÇÃO DOS ENCARGOS - Art. 33.º, n.º 1, alíneas a) e c) do CIRCI (SÓ PARA O ANO DE 2001)					
ENCARGOS SUPOSTOS COM VIATURAS		CORREÇÕES		CUSTO FISCAL	
Despesas de representação					
Despesas de valorização profissional					
Deslocações, viagens e estadas					
SOMA					
TOTAL DOS PROVEITOS SUJEITOS A TRIBUTAÇÃO E NÃO ISENTOS X 25% =					

7 LUCROS REINVESTIDOS POR RESIDENTES NA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA									
LUCROS REINVESTIDOS NOS TERMOS DO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL DA MADEIRA N.º 5/2000/M DE 28 DE FEVEREIRO									
8 DEDUÇÕES À COLETA									
Rendimentos sujeitos a retenção									
IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE EFETUARAM AS RETENÇÕES E RESPECTIVOS VALORES									
VALOR									
VALOR									
9 PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE									
VERIFICANDO-SE A SITUAÇÃO PREVISTA NO ART. 37.º DO CIRCI, IDENTIFIQUE O AUTOR DA SUCESSÃO									
NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE									
10 TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA SOBRE DESPESAS									
Despesas não documentadas - art. 73.º, n.º 1, do CIRCI									
Despesas de representação e encargos com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, motos e motocicletas - art. 73.º, n.º 2, alínea a) do CIRCI									
Encargos com automóveis ligeiros de passageiros ou mistos, com emissões de CO2 inferiores aos limites - art. 73.º, n.º 2, alínea b) do CIRCI									
Importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a não residentes - art. 73.º, n.º 6, do CIRCI									
Ajustes de custo e compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador - art. 73.º, n.º 7 do CIRCI									
SOMA (1001 + ... + 1005)									
11 OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA DOS AGENTES DESPORTIVOS (ANOS 2006 E ANTERIORES)									
RENDIMENTOS ILÍQUIDOS PROVENIENTES DA ATIVIDADE DESPORTIVA									
12 TOTAL DAS VENDAS / PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS									
Do Ano N									
Do Ano N-1									
Do Ano N-2									
13 MAIS VALIAS - REINVESTIMENTOS DOS VALORES DE REALIZAÇÃO									
INTENÇÃO DE REINVESTIMENTO									
Concretização do Reinvestimento									
Tipo de investimento									
Ano da Mais-Valia									
Valor de Realização									
Saldo entre as mais e menos valias									
Ano									
Valor									
Ativo fixo tangível									
N-1									
N-2									
Partes de capital									
N-1									
N-2									

14 ALIENAÇÃO DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS									
Houve alienação de imóveis? Sim 1 Não 2									
Se assinalou campo 1 identifique os imóveis:									
IDENTIFICAÇÃO MATRICIAL DOS PRÉDIOS ALIENADOS E RESPECTIVOS VALORES									
Freguesia (código)									
Tipo									
Freguesia / Secção									
Valor de Venda									
Valor Definitivo									
Art. 139.º CIRCI									
SIM NÃO									
SIM NÃO									
SIM NÃO									
SIM NÃO									
15 RENDIMENTOS IMPUTÁVEIS A ATIVIDADE GERADORA DE RENDIMENTOS DA CATEGORIA B - Art. 3.º, n.º 2, alíneas a) e b)									
Dos rendimentos indicados no campo 1202 indique:									
Rendimentos Prediais									
Rendimentos de Capitais									
16 CESSAÇÃO DA ATIVIDADE / NÃO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE									
Cessou a atividade? SIM 1 NÃO 2									
Em caso afirmativo, indique a data:									
Ano									
Mês									
Dia									
No ano a que respeita a declaração não exerceu atividade nem obteve rendimentos da Categoria B									
17 IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS									
NÚMERO FISCAL DE CONTRIBUINTE									
1701									

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

ANEXO C

Destina-se a declarar os rendimentos empresariais e profissionais (categoria B), tal como são definidos no artigo 3.º do Código do IRS, que devam ser tributados segundo o regime da contabilidade.

QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO C

O titular de rendimentos tributados na categoria B (rendimentos empresariais e profissionais) ou o cabeça-de-casal ou administrador de herança indivisa que produza rendimentos dessa categoria, abrangidos pelo regime de contabilidade organizada.

Este anexo é individual e em cada um apenas podem constar os elementos respeitantes a um titular, o qual deverá englobar a totalidade dos rendimentos obtidos em território português, sendo os obtidos fora deste, declarados exclusivamente no anexo J.

A obrigação de apresentação deste anexo manter-se-á enquanto não for declarada a cessação de atividade ou não transitar para o regime simplificado.

QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO C

A declaração que integre anexo C deve ser enviada pela internet no prazo determinado pela alínea ii) da alínea b) do n.º 1 do art. 60.º do Código do IRS.

QUADRO 1 – REGIME DE CONTABILIDADE ORGANIZADA**NATUREZA DOS RENDIMENTOS**

Deve ser assinalado o campo correspondente à natureza dos rendimentos declarados. Se o titular dos rendimentos exercer simultaneamente as atividades agrupadas nos campos 01 e 02, deve assinalar os dois campos, identificando as atividades, através dos respetivos códigos, nos campos 08, 09 e 10 do quadro 3A.

QUADRO 3 - IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

A identificação dos sujeitos passivos (campos 04 e 05) deve respeitar a posição assumida para cada um no quadro 3A do rosto da declaração modelo 3.

QUADRO 3A - IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DOS RENDIMENTOS

Campo 06 – Destina-se a identificar fiscalmente o titular dos rendimentos a incluir neste anexo (sujeito passivo A, sujeito passivo B ou dependente).

Campo 07 – É reservado à identificação da herança indivisa, feita através da indicação do número de identificação equiparado a pessoa coletiva que lhe foi atribuído (NIPC), quando for assinalado o campo 1, não devendo ser preenchido o campo 06.

Campo 08 – Deve ser inscrito o código da Tabela de Atividades publicada na Portaria n.º 1011/2001, de 21 de Agosto, correspondente à atividade exercida. Caso se trate de atividade não prevista nessa Tabela, deve ser preenchido o campo 09 ou 10 com a indicação do Código CAE que lhe corresponda.

Podem ser simultaneamente preenchidos os campos 08, 09 e 10 se forem exercidas, pelo titular dos rendimentos, as diferentes atividades neles referidas.

Nos campos 11 e 12 deve indicar se a atividade é exercida ou não através de estabelecimento estável.

QUADRO 4 - APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (Obtido em Território Português)

Destina-se ao apuramento do rendimento líquido da categoria B.

Deve ser sempre preenchido, independentemente de haver ou não correções a efetuar ao "RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO" apurado na contabilidade, o qual, quando negativo, deve ser indicado com o sinal negativo (-).

De acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 33º do Código do IRS, na determinação do rendimento líquido da categoria B são de aplicar as limitações previstas no Código do IRC.

Campo 430 – Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art. 46.º e 47.º do Código do IRC)

Destina-se a indicar o saldo positivo apurado entre as mais-valias e as menos-valias fiscais de que não foi declarada a intenção de reinvestir no quadro 13.

Campo 431 – 50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art. 48.º do CIRCI)

Este campo só deve ser preenchido no caso de ter sido declarada, no Quadro 13, a intenção de reinvestir os valores de realização correspondentes aos elementos do ativo fixo tangíveis, ativos biológicos ou partes de capital alienados que reúnam as condições estabelecidas no art. 48.º do Código do IRC.

O valor a inscrever deve corresponder a metade da diferença positiva apurada entre as mais-valias e as menos-valias realizadas que proporcionalmente corresponda aos valores de realização a reinvestir.

Campo 433 – Mais-Valias fiscais – regime transitório (Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art. 32º da Lei nº 109-B/2001, de 27 de dezembro)

Destina-se a indicar 1/10 da mais-valia não tributada por aplicação do disposto no n.º 6 do art. 44.º do Código do IRC, na redacção anterior à Lei 30-G/2000, de 29 de dezembro, ou seja, a que vigorou até 31 de dezembro de 2000, cujo reinvestimento foi concretizado em bens não reintegráveis. De acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 7 do art. 7.º da referida Lei, a alienação destes bens determina a tributação da mais-valia em frações iguais durante 10 anos a contar da data da alienação.

Campo 434 – Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato

Tendo havido transmissão onerosa de direitos reais sobre bens imóveis, deve indicar-se a diferença positiva entre o valor definitivo que serviu de base à liquidação do IMT, ou que serviria no caso de não haver lugar a essa liquidação, e o valor de venda, de acordo com o estipulado no art. 31.º-A do Código do IRS.

Caso o valor patrimonial definitivo venha a ser conhecido após a entrega da declaração e seja superior ao valor anteriormente declarado, deverá apresentar declaração de substituição durante o mês de janeiro do ano seguinte (n.º 2 do art. 31.º-A do Código do IRS).

Todavia, importa referir que os valores contestados ao abrigo do disposto no art. 139.º do Código do IRC (Quadro 14), cujo pedido tem efeitos suspensivos da liquidação, não devem ser mencionados neste campo.

Campo 435 – Pagamento a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado

Deve ser indicado o valor correspondente ao somatório dos encargos que, nos termos do art. 33.º do Código do IRS, não são dedutíveis. Contudo, se o anexo respeitar a 2001, há que ter em atenção os limites referidos no quadro 6.

Campo 452 – Benefícios Fiscais

A importância a inscrever neste campo não deve incluir os benefícios referidos nos campos 453, 454, 455 e 463.

Campo 453 – Rendimentos auferidos por titulares deficientes – parte isenta

Se o titular dos rendimentos for deficiente, com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, deve inscrever, neste campo, a parte isenta, que não pode ultrapassar 10% do rendimento com limite de 2 500,00.

Campo 454 – Rendimentos da propriedade intelectual – parte isenta

Deve ser indicada a parte que beneficia de isenção (50% dos rendimentos previstos no art. 58.º do EBF), com limite de 20.000 euros. Este valor deve ser também declarado no quadro 5 do anexo H. Excluem-se do benefício da isenção parcial os rendimentos provenientes de obras escritas sem caráter literário, artístico ou científico, obras de arquitetura e obras publicitárias.

Se o titular dos rendimentos for deficiente deve ter-se em conta o valor isento que foi inscrito no campo 453. Nestes casos, a isenção prevista no art. 58.º do EBF corresponderá a 50% dos rendimentos sujeitos e não isentos (rendimentos líquidos de outros benefícios).

Campo 455 – Benefícios para a criação de emprego

Destina-se a indicar o valor da maioria correspondente a 50% do montante contabilizado como gasto do exercício respeitante aos encargos correspondentes à criação líquida de postos de trabalho para jovens e para desempregados de longa duração, admitidos por contratos de trabalho por tempo indeterminado, com as limitações previstas no art. 19.º do EBF.

Campo 456 – Rendimentos obtidos fora do território português líquidos do imposto pago

Neste campo devem ser indicados, quando tenham influenciado o resultado líquido do exercício, os rendimentos obtidos no estrangeiro deduzidos do imposto pago. O rendimento e o imposto pago no estrangeiro devem ser declarados somente no anexo J.

Campo 463 – Microprodução de electricidade

Deve ser indicado o valor excluído de tributação em sede de IRS, se inferior a 5 000 euros, nos termos do n.º 6 do art. 12.º do Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro, resultante da produção de eletricidade por intermédio de unidades de microprodução.

Campos 459 ou 460 – São de preenchimento obrigatório.

QUADRO 4A – PROPRIEDADE INTELECTUAL

Se preencher o campo 454 indique o valor total dos rendimentos da propriedade intelectual que estejam abrangidos pelo art. 58.º do EBF, no campo 461, isto é, deve indicar-se a parte sujeita e não isenta adicionada da parte isenta.

QUADRO 5 - DISCRIMINAÇÃO POR REGIME DE TRIBUTAÇÃO

Este quadro só deve ser preenchido se tiverem sido exercidas simultaneamente atividades da categoria B que tenham regimes fiscais diferentes, como é o caso das atividades agrícolas (n.º 4 do art.º 4º do Código do IRS) e das atividades financeiras (CAE iniciado por 64, 65 ou 66) exercidas na Região Autónoma dos Açores, conforme Decisão da Comissão Europeia C (2002) 4487, de 11 de Dezembro de 2012.

O somatório dos valores inscritos neste quadro deve corresponder ao valor constante do campo 459 ou 460 do Quadro 4.

Campos 501 e 503 – Se os rendimentos declarados respeitarem simultaneamente a atividades profissionais, comerciais, industriais e a outros rendimentos da categoria B que devam ser indicados nos campos 502 a 506, deverá inscrever o prejuízo fiscal (campo 501) ou o lucro fiscal (campo 503) obtido no exercício das atividades profissionais, comerciais e industriais.

Campos 502 e 504 – Se os rendimentos declarados respeitarem, simultaneamente, a atividades agrícolas, silvícolas ou pecuárias e a outros rendimentos da categoria B, deve inscrever o prejuízo fiscal (campo 502) ou o lucro fiscal (campo 504) obtido no exercício da atividade agrícola, silvícola ou pecuária.

Campos 505 e 506 – Se os rendimentos declarados respeitarem, simultaneamente, a atividades financeiras (CAE iniciado por 64, 65 ou 66) exercidas na Região Autónoma dos Açores e a outros rendimentos da categoria B, deverá inscrever o prejuízo fiscal (campo 505) ou o lucro fiscal (campo 506) obtido no exercício da atividade financeira.

QUADRO 6 - DISCRIMINAÇÃO DOS ENCARGOS - ARTIGO 33.º, n.º 1 alíneas a) a c) do CIRS (SÓ PARA O ANO DE 2001)

Este quadro destina-se a discriminar os encargos previstos nas alíneas a) a c) do n.º 1, do art. 33.º do Código do IRS, na redação em vigor em 2001, nas declarações respeitantes a esse ano.

QUADRO 8 – DEDUÇÕES À COLETA

Campos 801 a 802 – Devem ser indicados os rendimentos líquidos (incluindo adiantamentos) que foram sujeitos a retenção, bem como as retenções que sobre eles foram efetuadas.

Campo 803 – Deve ser declarado o valor total dos pagamentos por conta efetuados durante o ano.

Campo 804 – Se a declaração respeitar ao ano de 2001, será de indicar o crédito de imposto a que o titular dos rendimentos tenha direito, de acordo com o que dispunha o artigo 80.º do Código do IRS, revogado pela Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro.

Campo 805 – Deve ser declarado o valor do investimento realizado no âmbito do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2007/M, de 22 de agosto, da Região Autónoma da Madeira.

Campos 806 e seguintes – Deve proceder-se à discriminação das entidades que efetuaram as retenções identificando-as através dos respetivos números de identificação fiscal e indicando os correspondentes valores.

QUADRO 9 - PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE

São de indicar, apenas, os prejuízos, gerados em vida do autor da herança, e ainda não deduzidos, os quais, uma vez declarados pelos sucessores no anexo respeitante ao ano do óbito, não deverão sê-lo em anos posteriores, salvo se for para declarar, no ano seguinte, os prejuízos do ano do óbito.

Para esse efeito é indispensável o preenchimento do campo 901, identificando o autor da sucessão e indicando, por anos, os montantes dos prejuízos apurados nos últimos seis anos (ou cinco para os prejuízos apurados nos anos de 2000 e anteriores) que ainda não tiverem sido deduzidos, na respetiva categoria, pelo agregado familiar de que o autor da herança fazia parte.

QUADRO 10 - TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA SOBRE DESPESAS

São declarados neste quadro os montantes das despesas sujeitas a tributação autónoma, nos termos do art. 73.º do Código do IRS, de acordo com o seguinte elenco:

Campo 1001 – Despesas não documentadas, suportadas no âmbito do exercício de atividades empresariais e profissionais (art. 73.º, n.º 1, do Código do IRS);

Campo 1002 – Encargos dedutíveis relativos a despesas de representação e encargos com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, motos e motociclos (art. 73.º, n.º 2, alínea a), do Código do IRS);

Campo 1003 – Encargos dedutíveis relativos a automóveis ligeiros de passageiros ou mistos cujos níveis homologados de emissão de CO2 sejam inferiores a 120 g/km, no caso de serem movidos a gasolina, e inferiores a 90g/km, no caso de serem movidos a gasóleo, desde que, em ambos os casos, tenha sido emitido certificado de conformidade (art. 73.º, n.º 2, alínea b), do Código do IRS);

Campo 1004 – Despesas correspondentes a importâncias pagas ou devidas, a qualquer título, a pessoas singulares ou coletivas residentes fora do território português e aí submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, tal como definido para efeitos de IRC (art. 73.º, n.º 6, do Código do IRS);

Campo 1005 – Encargos dedutíveis relativos a despesas com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da entidade patronal, não faturadas a clientes, escrituradas a qualquer título, exceto na parte em que haja lugar a tributação em sede de IRS na esfera do respetivo beneficiário, bem como os encargos da mesma natureza, que não sejam dedutíveis nos termos da alínea f) do n.º 1 do art. 45.º do Código do IRC, suportados por sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal no exercício a que os mesmos respeitam (art. 73.º, n.º 7, do Código do IRS).

QUADRO 11 - TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA DOS AGENTES DESPORTIVOS

No campo 1101 devem ser declarados os rendimentos líquidos auferidos, exclusivamente pela prática de atividade desportiva, pelos agentes desportivos que optem pela tributação autónoma relativamente aos anos de 2006 e anteriores.

QUADRO 12 - TOTAL DAS VENDAS/PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS/OUTROS RENDIMENTOS

Os rendimentos a mencionar devem abranger todos os que estiveram na base do resultado líquido do período, incluindo os indicados nos campos 403, 408 e 410 no quadro 4 do anexo H, no quadro 5 do anexo H, bem como aqueles que foram indicados nos campos 403 a 406 e 421 do anexo J. Quando a declaração de rendimentos se reportar aos anos de 2001 a 2006, deve ainda ser incluído o rendimento indicado no campo 1101.

O total das vendas deve ser indicado separadamente do valor dos outros rendimentos] sujeitos a imposto, incluindo os que se encontram isentos, obtidos no ano a que se refere a declaração e nos dois anos imediatamente anteriores.

O total dos valores respeitantes a subsídios devem ser indicados nos campos 1210, 1211 e 1212.

Nos campos 1202, 1204 ou 1206 devem ser indicados, para além dos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 art. 3.º do Código do IRS, também os referidos no seu n.º 2:

- Rendimentos prediais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais;
- Rendimentos de capitais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais;
- Mais-valias apuradas no âmbito das atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, definidas nos termos do artigo 46.º do Código do IRC, designadamente as resultantes da transferência para o património particular dos empresários de quaisquer bens afetos ao ativo da empresa e, bem assim, os outros ganhos ou perdas que, não se encontrando nessas condições, decorram das operações referidas no n.º 1 do art. 10.º do Código do IRS, quando imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais;
- As importâncias auferidas, a título de indemnização, conexas com a atividade exercida, nomeadamente a sua redução, suspensão e cessação, assim como pela mudança do local do respetivo exercício;
- As importâncias relativas à cessão temporária de exploração de estabelecimento;

Destina-se a dar cumprimento ao nº5 do art. 48º do Código do IRC, pelo que o seu preenchimento apenas é obrigatório quando haja intenção de efectuar o reinvestimento do valor de realização de ativos fixos tangíveis, ativos biológicos ou partes de capital alienados.

Campo 1301 – Deve ser inscrito o somatório dos valores de realização resultante da transmissão onerosa de ativos fixos tangíveis ou de ativos biológicos correspondente ao saldo apurado entre as mais-valias e as menos-valias (campo 1302) realizadas no ano N (ano da declaração), relativamente ao qual se pretende beneficiar do reinvestimento (n.º 1 do art.º 48º do Código do IRC).

Campo 1307 – Deve ser inscrito o somatório dos valores de realização resultante da transmissão onerosa de partes de capital correspondente ao saldo apurado entre as mais-valias e as menos-valias (campo 1308) realizadas no ano N (ano da declaração), relativamente ao qual se pretende beneficiar do reinvestimento (n.º 4 do art.º 48º do Código do IRC).

Coluna 3 - Saldo entre as mais-valias e as menos-valias

Campo 1302 - Deve ser inscrito o valor do saldo apurado, no ano N, entre as mais-valias e as menos-valias realizadas com a alienação de ativos fixos tangíveis ou de ativos biológicos de que se pretende beneficiar do reinvestimento.

Campo 1308 - Deve ser inscrito o valor do saldo apurado, no ano N, entre as mais-valias e as menos-valias realizadas com a alienação de partes de capital de que se pretende beneficiar do reinvestimento.

Coluna 4 - Reinvestimento

Campo 1303 – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais apurado nesse mesmo ano relativo a ativos fixos tangíveis ou ativos biológicos.

Campo 1304 – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano anterior a que respeita a declaração (N-1), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais apurado no ano da declaração (N) relativo a ativos fixos tangíveis ou ativos biológicos.

Campo 1305 – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais relativo a ativos fixos tangíveis ou ativos biológicos apurado no ano anterior (N-1), no qual foi declarada a intenção de reinvestir.

Campo 1306 – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais relativo a ativos fixos tangíveis ou ativos biológicos apurado no penúltimo ano (N-2), no qual foi declarada a intenção de reinvestir.

Campo 1309 – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais apurado nesse mesmo ano relativo a partes de capital.

Campo 1310 – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano anterior ao da declaração (N-1), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais apurado no ano da declaração (N) relativo a partes de capital.

Campo 1311 – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais relativo a partes de capital apurado no ano anterior (N-1), no qual foi declarada a intenção de reinvestir.

Campo 1312 – Destina-se a indicar o valor reinvestido no ano a que respeita a declaração (N), correspondente ao saldo positivo entre as mais-valias e menos-valias fiscais relativo a partes de capital apurado no penúltimo ano (N-2), no qual foi declarada a intenção de reinvestir.

Exemplo

No ano a que respeita a declaração

- saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias relativo a elementos do ativo fixo tangível : € 4.000,00
- valor de realização dos elementos que geraram aquele saldo positivo: €10.000,00

MAIS-VALIAS – REINVESTIMENTO DOS VALORES DE REALIZAÇÃO					
Tipo de investimento	Ano da Mais-valia	Valor de realização	Saldo entra as mais-valias e as menos-valias	Reinvestimento	
				Ano	Valor
Ativo fixo tangível	N	10.000,00	4.000,00	N	3.000,00
				N-1	2.000,00
	N-1			N	
	N-2			N	

No ano seguinte reinveste € 2.200.00 pelo que, nesse ano, deverá preencher o quadro da seguinte forma:

MAIS-VALIAS – REINVESTIMENTO DOS VALORES DE REALIZAÇÃO					
Tipo de investimento	Ano da Mais-valia	Valor de realização	Saldo entra as mais-valias e as menos-valias	Reinvestimento	
				Ano	Valor
Ativo fixo tangível	N			N	
				N-1	
	N-1			N	2.200,00
	N-2			N	

No segundo ano seguinte reinveste € 1.000,00, pelo que, nesse ano, deverá preencher o quadro da seguinte forma:

MAIS-VALIAS – REINVESTIMENTO DOS VALORES DE REALIZAÇÃO					
Tipo de investimento	Ano da Mais-valia	Valor de realização	Saldo entra as mais-valias e as menos-valias	Reinvestimento	
				Ano	Valor
Ativo fixo tangível	N			N	
				N-1	
	N-1			N	
	N-2			N	1.000,00

No final do segundo ano seguinte ao do apuramento do saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias haverá que proceder à seguinte correção a efetuar no quadro 4:

Total do reinvestimento = 3.000,00 + 2.000,00 + 2.200,00 + 1.000,00 = 8.200,00

Valor de realização não reinvestido = 10.000,00 – 8.200,00 = 1.800,00

Nesse ano deverá também inscrever, no campo 432 do quadro 4, o valor de €414,00 que corresponde ao acréscimo por não reinvestimento majorado em 15%, ou seja:

$$1800,00 / 10.000,00 \times 4.000,00 \times 50\% \times 1,15 = 414,00$$

QUADRO 14 - ALIENAÇÃO DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS

Na primeira parte do quadro 14 deve indicar no campo 1 ou 2, respetivamente, se houve ou não alienação de direitos reais sobre bens imóveis. Em caso afirmativo, deve identificar cada um dos prédios ou frações alienadas.

Nos casos em que o valor de realização a considerar relativamente à alienação de direitos reais sobre bens imóveis no quadro 4 seja o **valor patrimonial definitivo** considerado para efeitos de IMT, por ser **superior ao valor de venda**, deve ser preenchida também a coluna "Valor Definitivo", devendo, ainda, assinalar-se a circunstância de ter havido ou não recurso nos termos do art. 139.º do Código do IRC.

QUADRO 15 – RENDIMENTOS IMPUTÁVEIS A ATIVIDADE GERADORA DE RENDIMENTOS DA CATEGORIA B

O campo 1501 destina-se à indicação de rendimentos prediais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 3.º do Código do IRS:

O campo 1502 destina-se à indicação de rendimentos de capitais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos empresariais e profissionais, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 3.º do Código do IRS.

QUADRO 16 - CESSAÇÃO DA ATIVIDADE

Os campos 1 ou 2 são de preenchimento obrigatório. Se for assinalado o campo 1 deverá ser indicada a data em que a cessação ocorreu no campo 3.

Esta informação não desobriga o titular dos rendimentos da apresentação da declaração de cessação a que se refere o art. 112.º do Código do IRS.

No caso de não ter exercido atividade, nem ter obtido quaisquer rendimentos da categoria B, no ano a que respeita a declaração, deve assinalar o campo 4.

QUADRO 17 - IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

No campo 1701 deverá ser indicado o número fiscal de contribuinte do técnico oficial de contas

[illegible]

IDENTIFICAÇÃO MATRICIAL DO IMÓVEL OBJETO DE REINVESTIMENTO (NO TERRITÓRIO NACIONAL)												
Campos		Título		Frequência (códigos)		Tipo		Anexo		Folha		Quota-Parte %
Campo 507 ou 508 a 511												
Campo 527 ou 528 a 531												
Se o reinvestimento ocorreu em território da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu indique o país (ver instruções)												

6 ALIENAÇÃO ONEROSA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL - Art. 10.º, n.º 1, alínea c) do CIRS											
Identificação do bem				Título		Valor de Realização		Valor de Aquisição		Despesas e Encargos	
				601		- - - - -		- - - - -		- - - - -	
				602		- - - - -		- - - - -		- - - - -	
SOMA						- - - - -		- - - - -		- - - - -	

7 CESSÃO ONEROSA DE POSIÇÕES CONTRATUAIS OU OUTROS DIREITOS RELATIVOS A BENS IMÓVEIS Art. 10.º, n.º 1, alin. d) do CIRS											
Identificação do contrato				Título		Valor de realização do direito		Valor de aquisição do direito			
				701		- - - - -		- - - - -		- - - - -	
				702		- - - - -		- - - - -		- - - - -	
SOMA						- - - - -		- - - - -		- - - - -	

8 ALIENAÇÃO ONEROSA DE PARTES SOCIAIS E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS - Artigo 10.º, n.º 1, alínea b) do Código do IRS											
Título		ENTIDADE EMITENTE		Cota		Restrição		Aquisição		Despesas e encargos	
						Ano Mes Valor		Ano Mes Valor			
801							- - - - -		- - - - -		- - - - -
802							- - - - -		- - - - -		- - - - -
803							- - - - -		- - - - -		- - - - -
804							- - - - -		- - - - -		- - - - -
805							- - - - -		- - - - -		- - - - -
806							- - - - -		- - - - -		- - - - -
807							- - - - -		- - - - -		- - - - -
808							- - - - -		- - - - -		- - - - -
809							- - - - -		- - - - -		- - - - -
810							- - - - -		- - - - -		- - - - -
811							- - - - -		- - - - -		- - - - -
812							- - - - -		- - - - -		- - - - -
Soma											

9A ALIENAÇÃO ONEROSA DE PARTES SOCIAIS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS											
Campo do Q. 8		NIPC da Sociedade		Campo do Q. 8		NIPC da Sociedade		Campo do Q. 8		NIPC da Sociedade	

9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS, WARRANTS AUTÓNOMOS E CERTIFICADOS - Artigo 10.º, n.º 1, alíneas a) e g) do CIRS											
Operações relativas a instrumentos financeiros derivados								Título		Rendimento Líquido	
Operações relativas a warrants autónomos								901		- - - - -	
Operações relativas a certificados que atribuíam direito a receber valor do ativo subjacente								902		- - - - -	
Contratos de futuros e opções celebrados em Bolsas de Valores - (2002)								903		- - - - -	
Contratos de futuros e opções celebrados em Bolsas de Valores - EBF (só para 2001)								904		- - - - -	
								905		- - - - -	
SOMA										- - - - -	
<input type="checkbox"/> Opta pelo englobamento dos rendimentos incluídos nos quadros 8 e 9 ? SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/>											

10 OUTROS INCREMENTOS PATRIMONIAIS - alíneas b) e c), n.º 1 do artigo 9.º do CIRS											
Natureza dos incrementos				Título		Rendimento líquido		Retenções			
Indemnizações por danos patrimoniais, danos não patrimoniais e lucros cessantes				1001		- - - - -		- - - - -			
Importâncias auferidas em virtude da assunção de obrigações de não concorrência				1002		- - - - -		- - - - -			
SOMA						- - - - -		- - - - -			
IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE EFETUARAM AS RETENÇÕES E RESPECTIVOS VALORES											
VALOR											
NF 1003								NF 1005			
NF 1004								NF 1006			

DATA											
O(S) DECLARANTE(S) REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS											
Assinaturas											
A) 						B) 					

IDENTIFICAÇÃO PATRICIAL DO IMÓVEL OBJETO DE INVESTITIMENTO (NO TERRITÓRIO NACIONAL)	
Campos:	Título Frequência (códigos) Tipo Artigo Fração Quota-Parte %
Campo 507 ou 508 a 511	
Campo 527 ou 528 a 531	
Se o reinvestimento ocorreu em território da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu indique os país(ões) (ver instruções)	

6 ALIENAÇÃO ONEROSA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL - Art. 10.º, n.º 1, alínea c) do CIRS									
Identificação do bem		Título	Valor de Realização	Valor de Aquisição	Despesas e Encargos				
		601	-	-	-	-	-	-	-
		602	-	-	-	-	-	-	-
		SOMA	-	-	-	-	-	-	-

7 CESSÃO ONEROSA DE POSIÇÕES CONTRATUAIS OU OUTROS DIREITOS RELATIVOS A BENS MÓVEIS Art. 10.º, n.º 1, alin. d) do CIRS									
Identificação do contrato		Título	Valor de realização do direito	Valor de aquisição do direito					
		701	-	-					
		702	-	-					
		SOMA	-	-					

8 ALIENAÇÃO ONEROSA DE PARTES SOCIAIS E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS - Artigo 10.º, n.º 1, alínea b) do Código do IRS									
Título	ENTIDADE EMITENTE	Código	Realização		Aquisição		Despesas e encargos		
			Ano	Mês	Ano	Mês	Valor		
801					-	-	-	-	
802					-	-	-	-	
803					-	-	-	-	
804					-	-	-	-	
805					-	-	-	-	
806					-	-	-	-	
807					-	-	-	-	
808					-	-	-	-	
809					-	-	-	-	
810					-	-	-	-	
811					-	-	-	-	
812					-	-	-	-	
Soma									



9 ALIENAÇÃO ONEROSA DE PARTES SOCIAIS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS									
Campo do Q. 8		NIPC da Sociedade	Campo do Q. 8		NIPC da Sociedade	Campo do Q. 8		NIPC da Sociedade	

10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS, WARRANTS AUTÓNOMOS E CERTIFICADOS - Artigo 10.º, n.º 1, alíneas a) a g) do CIRS									
Operações relativas a instrumentos financeiros derivados		Título	Rendimento Líquido						
Operações relativas a warrants autónomos		901	-						
Operações relativas a certificados que atribuem direito a receber valor de ativo subjacente		902	-						
Contratos de futuros e opções celebrados em Bolsas de Valores - (2002)		903	-						
Contratos de futuros e opções celebrados em Bolsas de Valores - EBF (só para 2001)		904	-						
		905	-						
		SOMA	-						
• Opta pelo englobamento dos rendimentos incluídos nos quadros 8 e 9 ?		SIM	<input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/>						

11 OUTROS INCREMENTOS PATRIMONIAIS - alíneas b) e c), n.º 1 do artigo 9.º do CIRS									
Naturaliza dos incrementos		Título	Rendimento líquido	Retenções					
Indemnizações por danos patrimoniais, danos não patrimoniais e lucros cessantes		1001	-	-					
Importâncias auferidas em virtude da assunção de obrigações de não concorrência		1002	-	-					
		Soma	-	-					

IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE EFETUARAM AS RETENÇÕES E RESPECTIVOS VALORES									
VALOR									
NF 1003	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
NF 1004	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
					VALOR				
					<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
					<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

DATA									
Q(S) DECLARANTE(S) REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS									
Assinaturas									
A) _____					B) _____				

MODELO ENVIO A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2013	 MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E Aduaneira DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  Modelo 3 Anexo G	1 CATEGORIA <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 5px auto; width: 100px;"> MAIS-VALIAS E OUTROS INCREMENTOS PATRIMONIAIS </div>	2 ANO RENDIMENTOS <div style="display: flex; align-items: center; justify-content: center;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 5px; margin: 0 5px;">01</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 5px; margin: 0 5px;">2</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 5px; margin: 0 5px;"></div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px 5px; margin: 0 5px;"></div> </div>	RESERVADO A LEI	RESERVADO A LEI		
	3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S) Sujeito passivo A NF 02 Sujeito passivo B NF 03 						
4 ALIENAÇÃO ONEROSA DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS MÓVEIS - art. 10.º, n.º 1, alínea a) do Código do IRS							
Títular	Ano	Mês	Realização	Ano	Mês	Aquisição	Valor
401			- - - - -			- - - - -	- - - - -
402			- - - - -			- - - - -	- - - - -
403			- - - - -			- - - - -	- - - - -
404			- - - - -			- - - - -	- - - - -
405			- - - - -			- - - - -	- - - - -
406			- - - - -			- - - - -	- - - - -
407			- - - - -			- - - - -	- - - - -
Soma			- - - - -			- - - - -	- - - - -
IDENTIFICAÇÃO MATRICIAL DOS BENS							
Campos	Frequência (código)	Tipo	Artigo	Fração / Secção	Quota/Parte %		
Campo 401							
Campo 402							
Campo 403							
Campo 404							
Campo 405							
Campo 406							
Campo 407							
5 IMÓVEL RECUPERADOS OU OBJETO DE AÇÕES DE REABILITAÇÃO							
Mencione nos campos do Quadro 4 respetivamente as imóveis recuperados ou objeto de ações de reabilitação com comprovação emitida por entidade competente, nos							
1	2	3	4	5			
Opção pelo englobamento dos rendimentos relativos a estes imóveis? SIM 6 NÃO 7							
6 AFETAÇÃO DE BENS MÓVEIS E DE BENS MÓVEIS A ATIVIDADE EMPRESARIAL E PROFISSIONAL - art. 10.º, n.º 1, alínea a)							
Títular	Ano	Mês	Realização	Ano	Mês	Aquisição	Valor
490			- - - - -			- - - - -	- - - - -
IDENTIFICAÇÃO MATRICIAL DOS BENS MÓVEIS							
Campos	Frequência (código)	Tipo	Artigo	Fração / Secção	Quota/Parte %		
Campo 490							
7 REINVESTIMENTO DO VALOR DE REALIZAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE							
Ato 501	Campo 502	503	504	Ato 521	Campo 522	523	524
501	502	503	504	521	522	523	524
INTENÇÃO DE REINVESTIMENTO				INTENÇÃO DE REINVESTIMENTO			
Valor em dívida do empréstimo à data da alienação do bem referido no campo 502, 503 ou 504				Valor em dívida do empréstimo à data da alienação do bem referido no campo 522, 523 ou 524			
505				525			
Valor de realização que pretende reinvestir (sem recurso ao crédito)				Valor de realização que pretende reinvestir (sem recurso ao crédito)			
506				526			
CONCRETIZAÇÃO DO REINVESTIMENTO ANTES DA ALIENAÇÃO				CONCRETIZAÇÃO DO REINVESTIMENTO ANTES DA ALIENAÇÃO			
Valor reinvestido nos 24 meses anteriores à data da alienação (sem recurso ao crédito)				Valor reinvestido nos 24 meses anteriores à data da alienação (sem recurso ao crédito)			
507				527			
CONCRETIZAÇÃO DO REINVESTIMENTO APÓS ALIENAÇÃO				CONCRETIZAÇÃO DO REINVESTIMENTO APÓS ALIENAÇÃO			
Valor reinvestido no ano da declaração após a data da alienação (sem recurso ao crédito)				Valor reinvestido no ano da declaração após a data da alienação (sem recurso ao crédito)			
508				528			
Valor reinvestido no primeiro ano seguinte (sem recurso ao crédito)				Valor reinvestido no primeiro ano seguinte (sem recurso ao crédito)			
509				529			
Valor reinvestido no segundo ano seguinte (sem recurso ao crédito) </							

[illegible]

[illegible][illegible][illegible]

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

ANEXO G1

Este anexo destina-se a declarar a alienação onerosa de partes sociais (quotas e ações) e outros valores mobiliários, cuja titularidade o alienante tenha adquirido antes de 1º de janeiro de 1989, bem como de imóveis não sujeitos a tributação, nos termos do n.º 4 do art. 4.º e do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, bem como a alienação de imóveis a fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIHAI) e a sociedades de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (SIIAH) abrangidos pelo regime especial aprovado pelos arts. 102.º e seguintes da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e ainda a alienação onerosa, efetuada nos anos de 2009 e anteriores, de ações detidas por mais de 12 meses.

• QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO G1

Os sujeitos passivos quando estes ou os dependentes que integram o agregado familiar, no ano a que respeita a declaração tenham praticado qualquer dos atos atrás referidos.

• QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO G1

Nos prazos e locais previstos para a apresentação da declaração de rendimentos, da qual faz parte integrante.

QUADRO 3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

A identificação dos sujeitos passivos (campos 02 e 03) deve respeitar a posição assumida para cada um no quadro 3A do modelo de declaração do quadro 3.

QUADRO 4 ALIENAÇÃO ONEROSA DE PARTES SOCIAIS E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS
[partes sociais adquiridas antes de 1º de janeiro de 1989/alienação onerosa de ações detidas durante mais de 12 meses (anos de 2009 e anteriores)]

Destina-se a declarar a alienação onerosa de partes sociais (quotas e ações) e outros valores mobiliários, cuja titularidade o alienante tenha adquirido antes de 1º de janeiro de 1989, bem como as alienações efetuadas nos anos de 2009 e anteriores relativamente a ações detidas pelos sujeitos passivos durante mais de 12 meses.

Se o quadro for insuficiente para declarar todas as alienações, devem agrupar-se as ações alienadas por ano de aquisição.

QUADRO 5 IMÓVEIS ALIENADOS EXCLUÍDOS OU ISENTOS DA TRIBUTAÇÃO

Código 1 - Excluídos da tributação

Utilizando o código 1, devem ser identificados os imóveis, os respetivos valores de aquisição e de realização, bem como a data da aquisição, respeitantes às transmissões onerosas de direitos reais sobre bens imóveis adquiridos antes da entrada em vigor do Código do IRS (1 de janeiro de 1989), cujos ganhos não eram sujeitos a imposto de Mais-Valias (Código aprovado pelo Decreto-Lei n.º 46 673, de 9 de junho de 1965), incluindo os ganhos derivados da alienação a título oneroso de prédios rurais afetos ao exercício de uma atividade agrícola ou da afetação destes a uma atividade comercial ou industrial, exercida pelo respetivo proprietário, conforme estabelecida o n.º 4 do art. 4.º e o art. 5.º do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro.

Código 2 - Isentos da tributação

Utilizando o código 2, devem ser identificados os imóveis destinados a habitação permanente que foram objeto de transmissão a favor dos fundos de investimento imobiliário para arrendamento habitacional (FIHAI), que ocorra por força da conversão do direito de propriedade desses imóveis num direito de arrendamento, bem como os respetivos valores de aquisição e de realização e, ainda, a data em que foram adquiridos.

Assinaturas

O anexo deve ser assinado pelos sujeitos passivos ou por um seu representante ou gestor de negócios. A falta de assinatura é motivo de recusa da declaração.

[illegible][illegible][illegible][illegible]

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS
MODELO 3 Anexo J

RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO

2 ANOS DOS RENDIMENTOS
01 2

RESERVADO À LEITURA ÓTICA

3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)
SUJEITO PASSIVO A NIF 02
SUJEITO PASSIVO B NIF 03

A IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO NF 04

4 RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO

NATUREZA DO RENDIMENTO	SEGURANÇA SOCIAL	MONTANTE DO RENDIMENTO	IMPOSTO PAGO NO ESTRANGEIRO	IMPOSTO RETIDO EM PORTUGAL
TRABALHO DEPENDENTE	401	-	-	-
REMUNERAÇÕES PÚBLICAS (ver instruções)	402	-	-	-
PENSÕES	416	-	-	-
PENSÕES PÚBLICAS (ver instruções)	417	-	-	-
RENDAS TEMPORÁRIAS OU VITALÍCIAS	419	-	-	-
RENDIMENTOS EMPRESARIAIS E PROFISSIONAIS (Cat.B)				
TRABALHO INDEPENDENTE	403	-	-	-
COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	404	-	-	-
AGRICOLAS, SILVÍCOLAS OU PECUÁRIOS	405	-	-	-
DIREITOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (TITULAR ORIGINÁRIO)	406	-	-	-
RENDIMENTOS DE CAPITAIS (Cat.E)				
DIVIDENDOS OU LÚCROS - com retenção em Portugal	407	-	-	-
DIVIDENDOS OU LÚCROS - sem retenção em Portugal	420	-	-	-
RENDIMENTOS DA DIRETIVA DA POLÍCIA Nº 2003/48/CE Países Terceiros - Período de transição - art.º 1.º da Diretiva	418	-	-	-
RENDIMENTOS DA DIRETIVA DA POLÍCIA Nº 2003/48/CE Países Terceiros - Período de transição - art.º 1.º da Diretiva	422	-	-	-
JUROS REFERIDOS NO N.º 5 DO ART.º 72.º DO CIRS - sem retenção em Portugal	408	-	-	-
JUROS REFERIDOS NO N.º 5 DO ART.º 72.º DO CIRS - sem retenção em Portugal	423	-	-	-
OUTROS RENDIMENTOS REFERIDOS NO N.º 5 DO ART.º 72.º DO CIRS	410	-	-	-
OUTROS RENDIMENTOS REFERIDOS NO N.º 5 DO ART.º 72.º DO CIRS	424	-	-	-
RENDIMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS - com retenção em Portugal	409	-	-	-
RENDIMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS - com retenção em Portugal	411	-	-	-
RENDIMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS - sem retenção em Portugal	412	-	-	-
RENDIMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS - sem retenção em Portugal	413	-	-	-
RENDIMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS - sem retenção em Portugal	414	-	-	-
OUTROS INCREMENTOS PATRIMONIAIS	415	-	-	-
Soma				
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL - Parte isenta - Art.º 58.º do EBF		VALOR	421	-
OPÇÃO PELO ENQUADRAMENTO DOS RENDIMENTOS DECLARADOS NOS CAMPOS 407, 408, 410, 414, 416, 420 e 422	SIM 1	NÃO 2	(n.º 6, do art.º 71.º e n.º 7 do art.º 72.º do CIRS)	
OPÇÃO PELO ENQUADRAMENTO DOS RENDIMENTOS DECLARADOS NO CAMPO 408 (ano 2007) e 420 (anos 2008 a 2007)	SIM 3	NÃO 4	(n.º 7 do art.º 72.º do CIRS)	
NIPC/ENTIDADE	CAMPOS DO 04	RENDIMENTO	RETENÇÃO DE IRS	RETENÇÃO DE SOBRETAXA
801				
802				

7 RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLuíDOS NO QUADRO 4

Campo 06	Rendimento	N.º anos	Campo 06	Rendimento	N.º anos	Campo 06	Rendimento	N.º anos

6 DISCRIMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO

NÚMERO DO CAMPO DO QUADRO 4	IDENTIFICAÇÃO DO PAÍS		MONTANTE DO RENDIMENTO	IMPOSTO PAGO NO ESTRANGEIRO	
	INSTALAÇÃO FIXA	CÓDIGO DO PAÍS		NO PAÍS DA FONTE	NO PAÍS DO AGENTE PAGADOR
	SIM	NÃO		VALOR	CÓDIGO DO PAÍS
601					
602					
603					
604					
605					
606					
607					
608					
609					
610					
611					
612					
613					
614					
615					
616					
617					
618					
619					
620					
621					
622					
623					
624					
625					
626					
627					
628					
629					
630					
TOTAL					

DATA

O DECLARANTE, REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS

Assinatura

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS
MODELO 3 Anexo J

RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO

2 ANOS DOS RENDIMENTOS
01 2

RESERVADO À LEITURA ÓTICA

3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)
SUJEITO PASSIVO A NIF 02
SUJEITO PASSIVO B NIF 03

A IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO NF 04

4 RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO

NATUREZA DO RENDIMENTO	SEGURANÇA SOCIAL	MONTANTE DO RENDIMENTO	IMPOSTO PAGO NO ESTRANGEIRO	IMPOSTO RETIDO EM PORTUGAL
TRABALHO DEPENDENTE	401	-	-	-
REMUNERAÇÕES PÚBLICAS (ver instruções)	402	-	-	-
PENSÕES	416	-	-	-
PENSÕES PÚBLICAS (ver instruções)	417	-	-	-
RENDAS TEMPORÁRIAS OU VITALÍCIAS	419	-	-	-
RENDIMENTOS EMPRESARIAIS E PROFISSIONAIS (Cat.B)				
TRABALHO INDEPENDENTE	403	-	-	-
COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	404	-	-	-
AGRICOLAS, SILVÍCOLAS OU PECUÁRIOS	405	-	-	-
DIREITOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (TITULAR ORIGINÁRIO)	406	-	-	-
RENDIMENTOS DE CAPITAIS (Cat.E)				
DIVIDENDOS OU LÚCROS - com retenção em Portugal	407	-	-	-
DIVIDENDOS OU LÚCROS - sem retenção em Portugal	420	-	-	-
RENDIMENTOS DA DIRETIVA DA POLÍCIA Nº 2003/48/CE Países Terceiros - Período de transição - art.º 1.º da Diretiva	418	-	-	-
RENDIMENTOS DA DIRETIVA DA POLÍCIA Nº 2003/48/CE Países Terceiros - Período de transição - art.º 1.º da Diretiva	422	-	-	-
JUROS REFERIDOS NO N.º 5 DO ART.º 72.º DO CIRS - sem retenção em Portugal	408	-	-	-
JUROS REFERIDOS NO N.º 5 DO ART.º 72.º DO CIRS - sem retenção em Portugal	423	-	-	-
OUTROS RENDIMENTOS REFERIDOS NO N.º 5 DO ART.º 72.º DO CIRS	410	-	-	-
OUTROS RENDIMENTOS REFERIDOS NO N.º 5 DO ART.º 72.º DO CIRS	424	-	-	-
RENDIMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS - com retenção em Portugal	409	-	-	-
RENDIMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS - com retenção em Portugal	411	-	-	-
RENDIMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS - sem retenção em Portugal	412	-	-	-
RENDIMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS - sem retenção em Portugal	413	-	-	-
RENDIMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS - sem retenção em Portugal	414	-	-	-
OUTROS INCREMENTOS PATRIMONIAIS	415	-	-	-
Soma				
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL - Parte isenta - Art.º 58.º do EBF		VALOR	421	-
OPÇÃO PELO ENQUADRAMENTO DOS RENDIMENTOS DECLARADOS NOS CAMPOS 407, 408, 410, 414, 416, 420 e 422	SIM 1	NÃO 2	(n.º 6, do art.º 71.º e n.º 7 do art.º 72.º do CIRS)	
OPÇÃO PELO ENQUADRAMENTO DOS RENDIMENTOS DECLARADOS NO CAMPO 408 (ano 2007) e 420 (anos 2008 a 2007)	SIM 3	NÃO 4	(n.º 7 do art.º 72.º do CIRS)	
NIPC/ENTIDADE	CAMPOS DO 04	RENDIMENTO	RETENÇÃO DE IRS	RETENÇÃO DE SOBRETAXA
801				
802				

7 RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLuíDOS NO QUADRO 4

Campo 06	Rendimento	N.º anos	Campo 06	Rendimento	N.º anos	Campo 06	Rendimento	N.º anos

6 DISCRIMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO

NÚMERO DO CAMPO DO QUADRO 4	IDENTIFICAÇÃO DO PAÍS		MONTANTE DO RENDIMENTO	IMPOSTO PAGO NO ESTRANGEIRO	
	INSTALAÇÃO FIXA	CÓDIGO DO PAÍS		NO PAÍS DA FONTE	NO PAÍS DO AGENTE PAGADOR
	SIM	NÃO		VALOR	CÓDIGO DO PAÍS
601					
602					
603					
604					
605					
606					
607					
608					
609					
610					
611					
612					
613					
614					
615					
616					
617					
618					
619					
620					
621					
622					
623					
624					
625					
626					
627					
628					
629					
630					
TOTAL					

DATA

O DECLARANTE, REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS

Assinatura

INSTRUMENTOS DE PREENCHIMENTO
ANEXO J

Destina-se a declarar os rendimentos obtidos fora do território português, por residentes, e a identificar contas de depósitos ou de títulos abertas em instituição financeira não residente em território português.

Os documentos, originais ou fotocópias autenticadas, comprovativos dos rendimentos e da liquidação final do imposto pago no estrangeiro, bem como os comprovativos da natureza pública daqueles, emitidos pela respetiva autoridade fiscal desse país, devem ser entregues conjuntamente com a declaração ou remetidos para o serviço de Finanças da área do domicílio fiscal em Portugal.

Porém, tratando-se dos rendimentos a seguir referidos, quando obtidos nos países indicados, aqueles documentos devem ser enviados para a Direção de Serviços dos IRS (DSIRS), na Av.º Eng. Duarte Pacheco, n.º 26, 8.º, 1090-013 Lisboa:

a) Rendimentos da categoria 403, 404 e 405 – obtidos no Brasil, em Cabo Verde ou na Venezuela;
b) Rendimentos de valores mobiliários (categorias 410 e 422) – obtidos em qualquer país;
c) Outros incrementos patrimoniais (campo 419) – obtidos em qualquer país;
d) Pensões (categorias 416 e 417) – obtidas no Brasil, na Bulgária, na Dinamarca, no Luxemburgo, em Malta ou na Suécia;
e) Pensões públicas (campo 417) – obtidas em França;
f) Rendimentos temporários e vitálicos (campo 419) – obtidos no Canadá.

• QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO J

Os sujeitos passivos residentes, quando estes ou os dependentes que integram o agregado familiar, no ano a que respeita a declaração, tenham obtido rendimentos fora do território português ou sejam titulares de contas de depósitos ou de títulos abertas em instituição financeira não residente em território português.

• QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO J

Nos prazos e locais previstos para apresentação da declaração de rendimentos modelo 3, da qual faz parte integrante.

QUADRO 3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

Este anexo é individual e em cada um dos campos podem constar os elementos respeitantes a um titular, o qual deverá englobar a totalidade dos rendimentos obtidos fora do território português, sendo os apóspas no território português declarados nos anexos referidos.

QUADRO 3A IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO

Campo 3A4 – Destina-se a identificar o titular dos rendimentos obtidos fora do território português ou das contas de depósitos ou de títulos abertas em instituição financeira não residente em território português.

QUADRO 4 RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO

Em cada um dos campos desta quadro deverá ser inscrito o rendimento (bruto) líquido de quaisquer deduções, segundo a sua natureza, bem como o imposto efetivamente suportado correspondente a esses rendimentos.

RENDIMENTOS	CAMPOS
Trabalho dependente (categoria A)	401 e 402
Pensões e rendimentos temporários e vitálicos (categoria B)	416, 417 e 419
Rendimentos empresariais e profissionais (categoria C)	403, 404, 405 e 408
Rendimentos de capitais (categoria E)	407, 408, 409, 410, 411, 418, 420, 422 e 423
Rendimentos prediais (categoria F)	412
Mais-valias e outros incrementos patrimoniais	413, 414 e 415

Campo 401 – Trabalho dependente

Na primeira coluna (Segurança Social) devem ser indicadas as contribuições obrigatórias para regimes de segurança social que incidiram sobre as respetivas remunerações do trabalho dependente, quando devidamente comprovadas.

Na segunda coluna (Montante do Rendimento) deverão ser inscritos os rendimentos brutos do trabalho dependente (líquidos de imposto pago e outras deduções), com exceção dos provenientes do exercício de funções públicas, uma vez que estes deverão ser indicados no campo 402.

Na terceira coluna (Imposto Pago no Estrangeiro) deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país de origem dos rendimentos.

Na quarta coluna (Imposto Retido em Portugal) deve ser indicado o valor que, eventualmente, possa ter sido retido em território português e que tenha a natureza de pagamento por conta do imposto devido à final.

Tendo havido retenção de IRS em Portugal deve proceder-se à identificação, no quadro 8, das entidades retentoras e à indicação do imposto retido.

Campo 402 – Remunerações públicas

Na primeira coluna (Segurança Social) devem ser indicadas as contribuições obrigatórias para regimes da segurança social que incidiram sobre as respetivas remunerações, quando devidamente comprovadas.

Na segunda coluna (Montante do Rendimento) deverão ser inscritos os rendimentos brutos do trabalho dependente (líquidos de imposto pago e outras deduções), provenientes do exercício de funções públicas, quando devidamente comprovadas.

Na terceira coluna (Imposto Pago no Estrangeiro) deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país de origem dos rendimentos.

Campos 403, 404 e 405 – Rendimentos empresariais e profissionais

Deve ser indicada nesta coluna o montante dos rendimentos provenientes da propriedade intelectual (50%), que beneficiam da isenção prevista no art. 58.º do EBF.

Os rendimentos da propriedade intelectual e da propriedade intelectual auferidos pelo titular originário que não beneficiam da isenção prevista no art. 58.º do EBF, devem ser inscritos no campo 403.

Na segunda coluna (Imposto Pago no Estrangeiro) deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país de origem dos rendimentos.

Na terceira coluna (Imposto Retido em Portugal) deve ser indicado o valor que, eventualmente, possa ter sido retido em território português e que tenha a natureza de pagamento por conta do imposto devido à final.

Tendo havido retenção de IRS em Portugal deve proceder-se à identificação, no quadro 8, das entidades retentoras e à indicação do imposto retido.

Campo 406 – Direitos da Propriedade Intelectual (titular originário)

Deve ser indicada nesta coluna a parte não isenta dos rendimentos provenientes da propriedade intelectual (50%), que beneficiam da isenção prevista no art. 58.º do EBF.

A parte isenta deve ser indicada no campo 421.

Os rendimentos da propriedade intelectual e da propriedade intelectual auferidos pelo titular originário devem ser inscritos no campo 403.

Na segunda coluna (Imposto Pago no Estrangeiro) deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país de origem dos rendimentos.

Campo 407 – Dividendos ou lucros – com retenção em Portugal

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os rendimentos (líquidos de participações sociais (lucros ou dividendos), devendo por entidades não residentes e pagos por entidades residentes que foram sujeitos a retenção de IRS, nos termos do n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS, ou seja, aqueles que não são definidos no art. 5.º e mencionados no n.º 1 do art. 71.º do Código do IRS, que não foram sujeitos a retenção de IRS no país de origem dos rendimentos.

Os juros referidos no n.º 1 do art. 71.º do Código do IRS, que não foram sujeitos a retenção de IRS no país de origem dos rendimentos, devem ser declarados no campo 424.

Os rendimentos desta natureza que não foram sujeitos a retenção em Portugal são de incluir no campo 420.

Quando for exercida a opção de rendimento (assinando o campo 1 no quadro 4) os lucros distribuídos por entidades residentes noutro Estado membro da União Europeia, que preencham os requisitos e condições estabelecidos no art. 2.º da Diretiva n.º 90/435/CEE, de 23 de julho, serão declarados no n.º 5 do seu valor, conforme dispõe o n.º 4 do art. 40.º-A do Código do IRS.

Na segunda coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os rendimentos sujeitos a retenção no país de origem pagador nos termos da Diretiva n.º 2003/48/CE (Diretiva da Poupança), discriminando-se os valores das respetivas retenções no quadro 8.

Na segunda e terceira colunas devem ser indicados, respetivamente, o montante do imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos, e o valor que foi retido em território português.

No quadro 8 devem ser identificadas as entidades retentoras e o imposto retido em Portugal.

Campo 408 – Juros referidos no n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS – em retenção em Portugal, exceto: rendimentos dos campos 418, 422, 423 e 424.

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os juros a que se refere o n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS, ou seja, aqueles que não são definidos no art. 5.º e mencionados no n.º 1 do art. 71.º do Código do IRS, que não foram sujeitos a retenção de IRS no país de origem dos rendimentos.

Os juros referidos no n.º 1 do art. 71.º do Código do IRS, que não foram sujeitos a retenção de IRS no país de origem dos rendimentos, devem ser declarados no campo 424.

Os rendimentos desta natureza que não foram sujeitos a retenção em Portugal são de incluir no campo 420.

Quando for exercida a opção de rendimento (assinando o campo 1 no quadro 4) os lucros distribuídos por entidades residentes noutro Estado membro da União Europeia, que preencham os requisitos e condições estabelecidos no art. 2.º da Diretiva n.º 90/435/CEE, de 23 de julho, serão declarados no n.º 5 do seu valor, conforme dispõe o n.º 4 do art. 40.º-A do Código do IRS.

Na segunda coluna (Montante do Rendimento) destinam-se a indicar os rendimentos de valores mobiliários devidos por entidades que não tenham aqui domicílio a que possa imputar-se o pagamento, pagos ou colocados à disposição das respetivas titulares, residentes em território português, por intermédio de entidades que estejam mandatadas por devedores ou titulares ou sejam por conta de uns ou outros, de acordo com o disposto no n.º 2 do art. 71.º do Código do IRS.

Na segunda e terceira colunas devem ser indicados, respetivamente, o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos, e o valor que foi retido em território português.

No quadro 8 devem ser identificadas as entidades retentoras e o imposto retido em Portugal.

A opção pela tributação autónoma ou pelo englobamento destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro. A opção pelo englobamento autónomo ou pelo englobamento destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro. A opção pelo englobamento autónomo ou pelo englobamento destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro. A opção pelo englobamento autónomo ou pelo englobamento destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro.

Campo 409 – Rendimentos de capitais não referidos no n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS – em retenção em Portugal, exceto: rendimentos dos campos 418, 422, 423 e 424.

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os rendimentos de capitais a que se refere o n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS, ou seja, os que não estão previstos no n.º 1 do art. 71.º do Código do IRS, que não foram sujeitos a retenção de IRS no país de origem dos rendimentos.

Os rendimentos desta natureza que não foram sujeitos a retenção em Portugal são de incluir no campo 420.

Quando for exercida a opção de rendimento (assinando o campo 1 no quadro 4) os lucros distribuídos por entidades residentes noutro Estado membro da União Europeia, que preencham os requisitos e condições estabelecidos no art. 2.º da Diretiva n.º 90/435/CEE, de 23 de julho, serão declarados no n.º 5 do seu valor, conforme dispõe o n.º 4 do art. 40.º-A do Código do IRS.

Na segunda coluna (Montante do Rendimento) destinam-se a indicar os rendimentos de capitais devidos por entidades que não tenham aqui domicílio a que possa imputar-se o pagamento, pagos ou colocados à disposição das respetivas titulares, residentes em território português, por intermédio de entidades que estejam mandatadas por devedores ou titulares ou sejam por conta de uns ou outros, de acordo com o disposto no n.º 2 do art. 71.º do Código do IRS.

Na segunda e terceira colunas devem ser indicados, respetivamente, o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos, e o valor que foi retido em território português.

No quadro 8 devem ser identificadas as entidades retentoras e o imposto retido em Portugal.

A opção pela tributação autónoma ou pelo englobamento destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro. A opção pelo englobamento autónomo ou pelo englobamento destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro. A opção pelo englobamento autónomo ou pelo englobamento destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro.

Campo 410 – Rendimentos de capitais referidos no n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS – em retenção em Portugal, exceto: rendimentos dos campos 418, 422, 423 e 424.

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os rendimentos de capitais a que se refere o n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS, ou seja, os que não estão previstos no n.º 1 do art. 71.º do Código do IRS, que não foram sujeitos a retenção de IRS no país de origem dos rendimentos.

Os rendimentos desta natureza que não foram sujeitos a retenção em Portugal são de incluir no campo 420.

Quando for exercida a opção de rendimento (assinando o campo 1 no quadro 4) os lucros distribuídos por entidades residentes noutro Estado membro da União Europeia, que preencham os requisitos e condições estabelecidos no art. 2.º da Diretiva n.º 90/435/CEE, de 23 de julho, serão declarados no n.º 5 do seu valor, conforme dispõe o n.º 4 do art. 40.º-A do Código do IRS.

Na segunda coluna (Montante do Rendimento) destinam-se a indicar os rendimentos de capitais devidos por entidades que não tenham aqui domicílio a que possa imputar-se o pagamento, pagos ou colocados à disposição das respetivas titulares, residentes em território português, por intermédio de entidades que estejam mandatadas por devedores ou titulares ou sejam por conta de uns ou outros, de acordo com o disposto no n.º 2 do art. 71.º do Código do IRS.

Na segunda e terceira colunas devem ser indicados, respetivamente, o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos, e o valor que foi retido em território português.

No quadro 8 devem ser identificadas as entidades retentoras e o imposto retido em Portugal.

A opção pela tributação autónoma ou pelo englobamento destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro. A opção pelo englobamento autónomo ou pelo englobamento destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro. A opção pelo englobamento autónomo ou pelo englobamento destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro.

Campo 411 – Rendimentos de capitais referidos no n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS – em retenção em Portugal, exceto: rendimentos dos campos 418, 422, 423 e 424.

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os rendimentos de capitais a que se refere o n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS, ou seja, os que não estão previstos no n.º 1 do art. 71.º do Código do IRS, que não foram sujeitos a retenção de IRS no país de origem dos rendimentos.

Os rendimentos desta natureza que não foram sujeitos a retenção em Portugal são de incluir no campo 420.

Quando for exercida a opção de rendimento (assinando o campo 1 no quadro 4) os lucros distribuídos por entidades residentes noutro Estado membro da União Europeia, que preencham os requisitos e condições estabelecidos no art. 2.º da Diretiva n.º 90/435/CEE, de 23 de julho, serão declarados no n.º 5 do seu valor, conforme dispõe o n.º 4 do art. 40.º-A do Código do IRS.

Na segunda coluna (Montante do Rendimento) destinam-se a indicar os rendimentos de capitais devidos por entidades que não tenham aqui domicílio a que possa imputar-se o pagamento, pagos ou colocados à disposição das respetivas titulares, residentes em território português, por intermédio de entidades que estejam mandatadas por devedores ou titulares ou sejam por conta de uns ou outros, de acordo com o disposto no n.º 2 do art. 71.º do Código do IRS.

Na segunda e terceira colunas devem ser indicados, respetivamente, o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos, e o valor que foi retido em território português.

No quadro 8 devem ser identificadas as entidades retentoras e o imposto retido em Portugal.

A opção pela tributação autónoma ou pelo englobamento destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro. A opção pelo englobamento autónomo ou pelo englobamento destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro. A opção pelo englobamento autónomo ou pelo englobamento destes rendimentos deve ser formalizada nos campos 1 ou 2 na parte final deste quadro.

Campo 412 – Rendimentos Prediais

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) deve ser indicado o rendimento líquido das despesas suportadas com a conservação e manutenção dos mesmos, mais líquido de imposto pago no estrangeiro.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Campo 413 – Mais-valias ou ganhos derivados da alienação de bens imóveis

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicados os valores respeitantes a mais-valias obtidas com a alienação de bens imóveis líquidos de imposto pago no estrangeiro.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Campo 414 – Mais-valias ou ganhos derivados da alienação de valores mobiliários

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) deve ser indicado o saldo entre as mais-valias e menos-valias (líquido de imposto pago no estrangeiro) resultante das operações previstas nas alíneas b), c), e) e g) do n.º 1 do art. 10.º do Código do IRS.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante do imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Campo 415 – Outros incrementos patrimoniais

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicados os valores respeitantes aos acréscimos patrimoniais, nomeadamente as indemnizações e as importâncias recebidas pela assunção de obrigações de não concorrência.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Campo 416 – Pensões

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser inscritos os valores brutos de pensões (líquidos de imposto suportado no estrangeiro ou outras deduções) que não sejam pagos em consequência do exercício de um emprego ou cargo público anterior.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Campo 417 – Pensões públicas

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser indicados os rendimentos brutos (líquidos de imposto suportado no estrangeiro ou outras deduções) pagos em consequência do exercício de um emprego ou cargo público anterior.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Campo 418 – Rendimentos abrangidos pela Diretiva da Poupança n.º 2003/48/CE – Países/Territórios – Período de transição – art. 10.º da Diretiva

Neste campo devem ser declarados os rendimentos abrangidos pela Diretiva da Poupança n.º 2003/48/CE, de 3 de junho, nos restantes casos os rendimentos devem ser declarados no campo 422. Os rendimentos a e respetivas retenções devem ser discriminados no quadro 8.

Os países ou territórios abrangidos pelo período de transição que estejam sujeitos a retenção na fonte nos termos da Diretiva da Poupança são os seguintes:

Estados membros: Áustria, Luxemburgo e Bélgica.

Países terceiros: Andorra, Liechtenstein, Mónaco, São Marino e Suíça;

Territórios dependentes ou associados: Antilhas Holandesas, Guernsey, Jersey, Ilhas da Man (até 1 de julho de 2011), Ilhas Turcas e Caicos e Ilhas Virgens Britânicas.

Os rendimentos abrangidos pela Diretiva da Poupança são os seguintes:

- Juros pagos ou creditados em conta referentes a créditos de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros do devedor; nomeadamente os rendimentos da dívida pública, incluindo prémios atinentes a esses títulos;

- Juros vencidos ou capitalizados realizados na altura da cessação, do reembolso ou do resgate dos créditos referidos no ponto anterior;

- Rendimentos provenientes de pagamentos de juros, que estes sejam efetuados diretamente, quer por intermédio de uma entidade referida no n.º 2 do art. 4.º da Diretiva da Poupança n.º 2003/48/CE, distribuídos por:

i) Organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OCVM) autorizados nos termos da Diretiva n.º 85/311/CEE;

ii) Entidades que beneficiam da possibilidade prevista no n.º 3 do art. 4.º da Diretiva da Poupança;

iii) Organismos de investimento coletivo estabelecidos fora do território referido no art. 7.º da Diretiva da Poupança.

- Rendimentos da cessação, do reembolso ou do resgate de partes ou unidades de participação nos organismos e entidades atrás mencionadas, caso tenham investido, direta ou indiretamente, por intermédio de outros organismos de investimento coletivo ou autoridades mais de 40 % do seu ativo em créditos referidos no ponto inicial.

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os rendimentos sujeitos a retenção no país de origem pagador nos termos da Diretiva n.º 2003/48/CE (Diretiva da Poupança), discriminando-se os valores das respetivas retenções no quadro 8.

Na segunda e terceira colunas devem ser indicados, respetivamente, o montante correspondente ao imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos, e o valor que, eventualmente, tenha sido retido em território português.

No quadro 8 deve proceder-se à identificação das entidades retentoras de IRS e à indicação do valor do imposto retido em Portugal.

Campo 419 – Rendimentos temporários ou vitálicos

Neste campo devem ser declarados os rendimentos temporários ou vitálicos, quando devidamente comprovados, conforme estão previstas nas alíneas d) do n.º 1 do art. 11.º do Código do IRS.

Campo 420 – Dividendos ou lucros sem retenção em Portugal

Neste campo devem ser declarados os lucros e os dividendos que não foram sujeitos a retenção no país de origem pagador nos termos da Diretiva n.º 2003/48/CE (Diretiva da Poupança), discriminando-se os valores das respetivas retenções no quadro 8.

Neste campo não devem ser incluídos os rendimentos de capitais a que se refere o n.º 11 do art. 72.º do Código do IRS, os quais devem ser declarados no campo 424.

Quando for exercida a opção pelo englobamento (assinando o campo 1 no quadro 4) os lucros distribuídos por entidades residentes noutro Estado membro da União Europeia, que preencham os requisitos e condições estabelecidos no n.º 2 da Diretiva n.º 90/435/CEE, de 23 de julho, serão declarados por 50 % do seu valor, conforme dispõe o n.º 4 do art. 40.º-A do Código do IRS.

A opção pelo englobamento assinalada no campo 1, abrangendo não só os rendimentos constantes desta coluna, como também os que constarem nos campos 407, 408, 410, 414, 418, 422 e 423.

Na segunda coluna deve ser indicado o montante do imposto pago no estrangeiro, devidamente comprovado por documento emitido pela Autoridade Fiscal do país da fonte dos rendimentos.

Campo 421 – Rendimentos da propriedade intelectual isentos parcialmente – art. 58.º do EBF

Destina-se este espaço à indicação da parte isenta dos rendimentos da propriedade intelectual, devendo a parte sujeita a imposto ser mencionada no campo 406.

Campo 422 – Rendimentos abrangidos pela Diretiva da Poupança n.º 2003/48/CE – Residentes países não abrangidos pelo período de transição – art. 10.º da Diretiva

Neste campo devem ser declarados os rendimentos abrangidos pela Diretiva da Poupança n.º 2003/48/CE (Diretiva da Poupança), de 3 de junho, com exceção dos que devem ser declarados no campo 418 por serem devidos ou pagos por entidades localizadas em país ou território abrangido pelo período de transição.

Os rendimentos abrangidos pela Diretiva da Poupança são os seguintes:

- Juros pagos ou creditados em conta referentes a créditos de qualquer natureza, com ou sem garantia hipotecária e com direito ou não a participar nos lucros do devedor; nomeadamente os rendimentos da dívida pública, incluindo prémios atinentes a esses títulos;

- Juros vencidos ou capitalizados realizados na altura da cessação, do reembolso ou do resgate dos créditos referidos no ponto anterior;

- Rendimentos provenientes de pagamentos de juros, que estes sejam efetuados diretamente, quer por intermédio de uma entidade referida no n.º 2 do art. 4.º da Diretiva da Poupança n.º 2003/48/CE (Diretiva da Poupança), distribuídos por:

i) Organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OCVM) autorizados nos termos da Diretiva n.º 85/311/CEE;

ii) Entidades que beneficiam da possibilidade prevista no n.º 3 do art. 4.º da Diretiva da Poupança;

iii) Organismos de investimento coletivo estabelecidos fora do território referido no art. 7.º da Diretiva da Poupança.

- Rendimentos da cessação, do reembolso ou do resgate de partes ou unidades de participação nos organismos e entidades atrás mencionadas, caso tenham investido, direta ou indiretamente, por intermédio de outros organismos de investimento coletivo ou autoridades mais de 40 % do seu ativo em créditos referidos no ponto inicial.

Na primeira coluna (Montante do Rendimento) devem ser declarados os rendimentos e, na terceira, o imposto que eventualmente tenha sido retido em Portugal.

No quadro 8 deve proceder-se à identificação das entidades retentoras de IRS e à indicação do valor do imposto retido em Portugal.

Campo 423 – Outros rendimentos referidos no n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS, sem retenção em Portugal – Excto: Rendimentos dos campos 408, 418, 420, 422 e 424.

Neste campo devem ser declarados os rendimentos referidos no n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS, que não foram sujeitos a retenção na fonte em Portugal, com exceção dos juros (campos 408), dos lucros (campo 420) e dos rendimentos abrangidos pela Diretiva da Poupança (campos 418 e 422) e dos referidos no n.º 11 do art. 72.º do Código do IRS (campo 424).

Campo 424 – Rendimentos de capitais referidos no n.º 11 do art. 72.º do Código do IRS

Neste campo devem ser declarados os rendimentos de capitais devidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português, que sejam domiciliadas em país, território ou região sujeitas a um regime fiscal claramente mais favorável.

Opção pela tributação autónoma ou englobamento

O titular dos rendimentos indicados nos campos 407, 408, 410, 414, 418, 420, 422 e 423 pode optar pelo seu englobamento, devendo assinalar para esse efeito os campos 1 e 5 ou, em caso negativo, os campos 2 e 4 (janeiro a 31 de maio de 2013) do n.º 5 do art. 72.º do Código do IRS.

QUADRO 5 CONTAS DE DEPÓSITOS OU DE TÍTULOS ABERTAS EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO RESIDENTE EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Destina-se a identificar as contas de depósito ou de títulos abertas em instituição financeira não residente em território português, em nome do titular identificado no campo 3A4 do quadro 3A, conforme dispõe o n.º 6 do art. 63.º-A da Lei Geral Tributária.

As referidas contas deverão ser identificadas através dos seguintes elementos:

IBAN – International Bank Account Number (número internacional de conta bancária – máximo 34 caracteres);

BIC – Bank Identifier Code (código de identificação do banco – máximo 11 caracteres).

QUADRO 6 DISCRIMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS OBTIDOS NO ESTRANGEIRO

No preenchimento desta quadro deve mencionar na primeira coluna o campo do quadro 4 onde os rendimentos foram declarados.

Na segunda coluna (Instalação Fixa) deve assinalar com a sigla X se possui ou não instalação fixa no país da fonte dos rendimentos declarados nos campos 403, 404 e 405.

Na terceira coluna será de identificar o código de identificação dos rendimentos (consultar tabela no final destas instruções).

Na quarta coluna deve indicar o rendimento obtido no país identificado na coluna anterior.

Acóluma «No País do Agente Pagador»/Diretiva da Poupança n.º 2003/48/CE só deve ser utilizada nos casos em que foi efetuada retenção no país do agente pagador.

Na quinta coluna deve indicar o código de identificação da entidade retentora, que se encontra no quadro 8.

Neste caso deve indicar o código do país que efetuou a retenção referida na fonte e o seu valor.

Os países ou territórios que efetuam retenções nos termos da diretiva referida são os referidos nas instruções do campo 418.

QUADRO 7 RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLuíDOS NO QUADRO 4

Os sujeitos passivos que tenham auferido rendimentos das categorias A (trabalho dependente), F (predial) ou H (pensões), relativos a anos anteriores declarados nos campos 401, 402, 416 e 417, devem preferir beneficiar do desagendamento de taxa prevista no art. 74.º do Código do IRS, devendo indicar o código do campo do quadro 6, o valor desses rendimentos e o número de anos a que respe